

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Bruna Foking

OS PROBLEMAS ÉTICOS NO FOTOJORNALISMO DO  
PORTAL 21

Passo Fundo

2016

Bruna Foking

# OS PROBLEMAS ÉTICOS NO FOTOJORNALISMO DO PORTAL 21

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação do Dr. Otavio José Klein.

Passo Fundo

2016

Bruna Foking

**Os problemas éticos no fotojornalismo do Portal 21**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do Dr. Otavio José Klein.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Otavio José Klein – UPF

---

Prof. \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_

---

Prof. \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_

Agradeço a Deus por me conceder a vida, me fazendo capaz de encarar os desafios diários. A todos que estiveram envolvidos de alguma forma e me auxiliaram durante todo meu percurso acadêmico. Aos meus familiares, em especial meus pais que mesmo distantes se fizeram presentes principalmente nesta etapa penosa em que necessitei de auxílio.

Pelos distanciamentos que o presente trabalho proporcionou, mas que ao mesmo tempo mostrou os verdadeiros companheiros agradeço ao Alison Costella, Daniele Becker, Cleidi Oliveira e Júlia Possa que provaram a importância da amizade em todos os momentos, à Marina Fagundes que não mediu esforços para prestar assistência.

Agradeço ao meu namorado Eduardo Perin que foste companheiro desde o início da minha jornada acadêmica e soube dosar os momentos de paciência ao meu lado, principalmente no desenvolvimento deste trabalho, a você todo meu carinho.

Agradeço ainda, ao professor Ms. Cassiano Cavalheiro Del Ré que lançou a ideia em realizar um estudo sobre o tema relatado no trabalho, ao meu orientador Dr. Otavio José Klein, que traçou caminhos para que eu pudesse executá-los da melhor forma e toda atenção prestada não só para realização do trabalho, mas em diversos momentos da graduação, à professora Dr<sup>a</sup>. Sonia Regina Schena Bertol por clarear-me os caminhos quando mais precisei e aos demais professores que me fizeram crescer profissionalmente.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como foco a ética no fotojornalismo na editoria policial do veículo de comunicação on-line no município de Marau/RS, Portal 21. Estes grupos são sobre “Violência no Trânsito”, com 19 imagens e “Homicídios e Tentativas de Homicídios”, com 18 imagens. O estudo busca analisar a ética no fotojornalismo e se justifica pelo fácil acesso do público às mídias digitais, portanto, imagens chocantes, podem fazer com que os veículos de comunicação percam sua credibilidade, além do desrespeito com as pessoas noticiadas, familiares e leitores. Para análise, foram constituídas categorias éticas para compreender esta forma de fazer-se fotojornalismo. Como resultado, percebeu-se que o Portal 21 apresenta problemas éticos na publicação de algumas imagens, visando aumentar sua audiência com a postagem de imagens impactantes.

**Palavras-chave:** Ética no fotojornalismo. Violência no trânsito. Homicídios e tentativas de homicídio. Portal 21.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A: Informe de aniversário de 1 ano do Portal 21; B: Informe comercial de aniversário do Portal 21 .....	32
Quadro 1 – Categorias de análise .....	24
Quadro 2 – Imagens do grupo de violência no trânsito .....	34
Quadro 3 – Imagens do grupo de homicídios e tentativas de homicídios .....	38

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 FOTOJORNALISMO POLICIAL .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Fotografia .....</b>	<b>10</b>
2.1.1 História da fotografia.....	10
2.1.2 Imagem fotográfica.....	11
<b>2.2 Fotojornalismo .....</b>	<b>13</b>
2.2.1 Fotojornalismo policial.....	15
<b>3 CRITÉRIOS ÉTICOS PARA COMPREENDER O FOTOJORNALISMO .....</b>	<b>19</b>
<b>4 JORNALISMO ON-LINE.....</b>	<b>25</b>
<b>4.1 Histórico do jornalismo on-line .....</b>	<b>25</b>
<b>4.2 Teoria da organização .....</b>	<b>26</b>
4.2.1 Teoria do <i>Gatekeeper</i> .....	28
<b>4.3 Portais autônomos .....</b>	<b>29</b>
<b>4.4 Jornalismo no Facebook .....</b>	<b>30</b>
<b>4.5 Portal 21 .....</b>	<b>31</b>
<b>5 DESCRIÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>34</b>
<b>5.1 Violência no trânsito.....</b>	<b>34</b>
5.1.1 Categoria 1 – Destaque à espetacularização e ao sensacionalismo da informação .....	35
5.1.2 Categoria 2 – atentado à privacidade do cidadão, honra às pessoas e imagem do cidadão .....	36
5.1.3 Categoria 3 – Falta de bom senso e sensibilidade do profissional .....	36
5.1.4 Categoria 4 – Cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos traumáticos .....	37
5.1.5 Categoria 5 – Modificação e truncagem das fotografias .....	37
<b>5.2 Homicídios e tentativas de homicídio.....</b>	<b>37</b>
5.2.1 Categoria 1 – Destaque à espetacularização e ao sensacionalismo da informação .....	39
5.2.2 Categoria 2 – atentado à privacidade do cidadão, honra às pessoas e imagem do cidadão .....	39
5.2.3 Categoria 3 – Falta de bom senso e sensibilidade do profissional .....	39
5.2.4 Categoria 4 – Cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos traumáticos .....	40

<b>6 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>41</b>
<b>6.1 Análise da espetacularização e do sensacionalismo da informação .....</b>	<b>41</b>
<b>6.2 Análise do atentado à privacidade do cidadão, da honra às pessoas e da imagem do     cidadão .....</b>	<b>42</b>
<b>6.3 Análise da falta de bom senso e da sensibilidade do profissional.....</b>	<b>43</b>
<b>6.4 Análise da cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos     traumáticos .....</b>	<b>44</b>
<b>6.5 Análise da modificação e da truncagem das fotografias .....</b>	<b>45</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a ética jornalística nas imagens publicadas na editoria policial do veículo de comunicação do norte do Rio Grande do Sul, no município de Marau/RS, Portal 21. A pesquisa visa analisar quais são os problemas éticos no fotojornalismo do Portal 21. Os objetivos específicos são de realizar estudos bibliográficos sobre fotografia, sua inserção na imprensa, assim como o fotojornalismo policial, jornalismo on-line e a ética no fotojornalismo, além de identificar categorias para análise da amostra de imagens constituídas e compreender a postura ética do veículo com suas publicações.

A pesquisa se justifica pela preocupação com a sociedade que tem fácil acesso às notícias no veículo de comunicação de plataforma on-line, também para a prática de um jornalismo de qualidade e um jornalismo ético. Para que seja referência em salas de aula e uso acadêmico para intermediar uma boa prática de exercer o jornalismo, e pelo veículo tratar-se de algo novo, pois não existem publicações sobre ele, e por isso precisa ser analisado e estudado.

De um universo de mais de mil imagens a amostra corresponde a um percentual de aproximadamente 3%. Estas imagens são divididas em dois grupos, de “Violência no Trânsito” e “Homicídios e Tentativas de Homicídios”, 19 imagens no grupo de “Violência no Trânsito” e 18 imagens no grupo de “Homicídios e Tentativas de Homicídios”, onde no trabalho, estão inseridas como anexo em arquivo digital para melhor visualização do conteúdo. Estas são imagens que melhor se apresentam do ponto de vista de cumprir os objetivos deste trabalho.

A amostra foi constituída de forma intencional, para justificar o estudo, pois estas imagens se diferenciam das demais, por impactarem. Para a análise, serão levadas em consideração as consequências que os problemas éticos apontados nas categorias oferecem ao Portal 21. A amostra para análise foi constituída de 20 de agosto de 2013 até 05 de junho de 2016. Não será analisada a cobertura fotográfica, apenas as imagens publicadas, portanto, as categorias serão restritas.

Foram estabelecidos critérios éticos como categorias éticas para análise, a partir dos autores Barcelos (2014) e Sousa (2005), que tem estudos específicos relacionados ao tema deste estudo. Portanto, as categorias estabelecidas foram de destaque à espetacularização e ao sensacionalismo da informação; atentado à privacidade do cidadão, honra às pessoas e imagem do cidadão; falta de bom senso e sensibilidade do profissional; cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos traumáticos; e modificação e truncagem de

fotografias. Estas categorias estão descritas no capítulo 2. A pesquisa conta também com a contribuição de diversas obras como de Angrimani (1995), da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2007 – ANEXO A), Buitoni (2011) e Sousa (2000; 2004) para cumprir os objetivos específicos e geral da pesquisa. A metodologia da pesquisa prevê somente o estudo da ética no fotonjornalismo do Portal 21 a partir dos dados coletados e das fotografias publicadas pelo Portal, não haverá outro procedimento para análise das imagens.

A pesquisa divide-se em três partes, a primeira com o estudo bibliográfico para compreensão de fotografia, imagem fotográfica, fotojornalismo, fotojornalismo policial, jornalismo on-line, teoria da organização, teoria do *gatekeeper*, portais autônomos, jornalismo no Facebook e apresentação do Portal 21. A segunda é constituída pela metodologia, com critérios éticos como categorias de análise das imagens mencionado anteriormente, para compreender os problemas éticos nelas. E a terceira é composta pela descrição e análise das 37 imagens constituídas nos dois grupos, para atender aos objetivos da pesquisa, embasado nos autores e códigos de ética que serão apresentados nos primeiros capítulos.

## 2 FOTOJORNALISMO POLICIAL

Neste capítulo será apresentado o fotojornalismo policial, editoria na qual encontram-se as matérias onde estão as imagens em estudo. Para falar em fotojornalismo, se torna necessário falar antes da fotografia, sua história, a história da fotografia na imprensa, fotojornalismo, além da definição de imagem fotográfica, pois a fotografia é a informação em imagem, isto, para clareza do fotojornalismo policial.

### 2.1 Fotografia

Seres vivos, fenômenos e elementos naturais compõem uma fotografia, seja ela sem ou com movimento. Cada profissional deve seguir padrões do veículo no qual está prestando seus serviços, cada qual com seu estilo de fotografia. Além disso, o fotógrafo precisa ter domínio da tecnologia e olhar fotográfico para exercer um bom trabalho, conforme Buitoni (2011).

Buitoni (2011) aborda também a divisão entre a foto jornalística e a foto ilustração, onde a jornalística está ligada a ideia de informação e opinião, de caráter noticioso, atual e instantâneo, o que agrega a imagem qualidade, e comprometimento com a realidade. Já a foto ilustração, são fotos produzidas ou montadas, com elementos gráficos, mostrando um objeto, uma finalidade didática, comum no jornalismo de serviço ou opinativo. Para melhor compreensão da fotografia, pesquisou-se de forma breve sobre a história da fotografia.

#### 2.1.1 História da fotografia

A fotografia se beneficia dos inventos anteriores e surge em ambiente positivista no século XIX, com as câmeras escura<sup>1</sup> e clara<sup>2</sup>, segundo Sousa (2000). “Quando a fotografia surgiu, ela foi vista com profunda suspeita pelos artistas da época, a fotografia era julgada como um processo inteiramente mecânico, e os artistas achavam que ela não tinha espaço para as qualidades expressivas da verdadeira arte” (FOLTS; LOVELL; ZWAHLEN JUNIOR, 2007, p. 379). Após os inventos, surge uma matriz em negativo, capaz de produzir cópias de

---

<sup>1</sup> Caixa escura com uma objetiva no centro de um dos lados e espelho no centro, quando a luz é refletida, o objeto aparece de forma invertida, auxiliando pintores a desenhar a obra (SALLES, 2009).

<sup>2</sup> Possui o mesmo princípio da câmera escura, mas mais elementar, com um olho de telescópio, um jogo de espelho e lente, sobre uma mesa de desenho, representando o desenho para ser pintado (SALLES, 2009).

uma fotografia, sem a interferência de qualquer desenhista, de suma importância para o fotojornalismo, que transmitiria a verdade através da imagem.

Em meados dos anos cinquenta [SIC] do século XIX, a fotografia já havia beneficiado dos avanços técnicos, químicos e óticos que lhe permitiram abandonar os estúdios e avançar para a documentação imagética do mundo com o “realismo” que a pintura não conseguia. A foto beneficiava também das noções de “prova”, “testemunho” e “verdade”, que à época lhe estavam profundamente associadas e que a credibilizavam como “espelho do real” (SOUSA, 2000, p. 33).

Segundo Chiodetto (2008) novas técnicas foram surgindo, como de impressão em escala industrial de cartões postais e fotógrafos viajantes, capazes de comunicar com imagens de paisagens e culturas de outros continentes, proporcionando ao espectador conhecimento do mundo sem sair do lugar. No século XX a fotografia auxilia o processo do cinema, com imagens de qualidade para a época, além do método analógico e em cores, tornando a ação de fotografar uma atividade popular. A partir disso, novos inventos tecnológicos eclodiram como câmeras programáveis, automáticas e posteriormente digitais, permitindo que o fotógrafo se preocupe apenas com o momento do clique. Atualmente, no século XXI, qualquer aparelho celular capta imagens de alta resolução com o mesmo princípio de entrada de luz, fazendo com que os espectadores façam parte da produção comunicando-se e informando através dela. “Foi através da popularização massiva da imagem fotográfica que se começou a delinear um mercado para o fotojornalismo” (SOUSA, 2000, p. 30).

### 2.1.2 Imagem fotográfica

Neste trabalho serão analisadas imagens fotográficas, definidas por Wilson Gomes (2004), como imagens visuais. O autor se refere à imagem visual, como a representação de algo real, seja ela social ou pública, representada plasticamente, portanto “[...] imagem em seu sentido próprio é imagem no sentido visual ou plástico do termo. Qualquer outro sentido [...] será no sentido figurado, analógico, metafórico” (GOMES, 2004, p. 250).

Contrapondo a ideia de Gomes, Fluser (1985) denomina imagem como representação de algo, mas que a capacidade de decifrar vem da imaginação. Portanto, é através da imaginação que as imagens podem ser interpretadas, através de seus planos, da intencionalidade do emissor e receptor e dos símbolos que ela representa para compreensão da sua mensagem. Gomes (2004) complementa afirmando que o que contribui para a formação de uma imagem são os elementos visuais, construindo assim uma imagem, mas que qualquer

elemento, seja ele de qualquer natureza, pode ser levado a esta lógica. Para Fluser (1985), a imagem fotográfica é compreendida como imagem técnica, pois é produzida por um agente humano e também um aparelho. Complementando a ideia, Francastel (1983), estabelece como princípio a noção de que a linguagem figurativa se constitui a partir de: “Um certo número de capacidades fundamentais do homem, mas em função das condições particulares de uma sociedade bem localizada na cronologia e no espaço, somos levados a considerar que o objecto [SIC] da nossa reflexão é o estudo de um sistema” (FRANCASTEL, 1983, p. 50).

Gomes (2004) diz que os agentes de política de imagem, com processo de seleção, hierarquia expositiva, entre outros, se tornam critérios do jornalismo, com avaliação do que noticiar, sendo assim agentes da esfera de exposição pública (GOMES, 2004). “Que significam tais fotografias? [...] Vistas ingenuamente, significam cenas que se imprimiram automaticamente sobre superfícies. [...] A vantagem é permitir que se vejam as cenas inacessíveis e preservar as passageiras” (FLUSER, 1985, p. 43).

No entanto, o deciframento de fotografias é possível, porque, embora inseparáveis, as intenções do fotógrafo e do aparelho podem ser distinguidas. Esquemáticamente, a intenção do fotógrafo é esta: 1. Codificar, em forma de imagens, os conceitos que tem na memória; 2. Servir-se do aparelho para tanto; 3. Fazer com que tais imagens sirvam de modelos para outros homens; 4. Fixar tais imagens para sempre. (FLUSER, 1985, p. 47).

Aumont (1995) afirma que as imagens apresentam três modos, são eles: modo simbólico, modo epistêmico e modo estético. O modo simbólico é lembrado pelo autor que as imagens são símbolos, como as religiosas, pois veiculam novos valores e validade importantes. O modo epistêmico apresenta informações sobre o mundo, para sua compreensão, precisa-se de um geral conhecimento, já o modo estético, é destinado para agradar o espectador, oferecendo sensações.

Fluser (1985, p. 48), complementa a ideia anterior da intenção do fotógrafo ao mostrar suas capturas, interrogando o leitor com as seguintes questões: “[...] até que ponto conseguiu o fotógrafo apropriar-se da intenção do aparelho e submetê-la à sua própria? Que métodos utilizou: astúcia, violência, truques?” Para o autor, as melhores fotografias são aquelas que evidenciam a intenção do fotógrafo. “Fotografias são imagens técnicas que transcodificam conceitos em superfícies. Decifrá-las é descobrir o que os conceitos significam” (FLUSER, 1985, p. 49).

Após a compreensão das imagens fotográficas na imprensa e suas distinções de outros tipos de imagens, será abordado o fotojornalismo, pressupondo inicialmente de sua história, para maior compreensão do estudo.

## 2.2 Fotojornalismo

A fotografia como informação jornalística entrou tardiamente nos tabloides, que possuíam colunas de incansáveis e minúsculas letras, sem uma imagem se quer. Fabiana Beltrami da Silva (2015), afirma que os jornais eram ilustrados com gravuras ou desenhos no século XIX, e menciona Sousa (2000), onde o autor diz que a primeira fotografia jornalística fixada no papel foi na revista “*The Illustrated London News*” em 1842, anteriormente os meios trabalhavam apenas com textos massivos:

A história do fotojornalismo é uma história de tensões e rupturas, uma história do aparecimento, superação e rompimento de rotinas e convenções profissionais, uma história de oposições entre a busca da objetividade e a assunção da subjetividade e do ponto de vista, entre o realismo e outras formas de expressão, entre o matizado e o contraste, entre o valor noticioso e a estética, entre o cultivo da pose e o privilégio concedido ao espontâneo e à ação, entre a foto única e as várias fotos, entre a estética do horror e outras formas de abordar temas potencialmente chocantes, entre variadíssimos outros fatores. E é também uma história que assiste, gradualmente, ao aumento dos temas fotografáveis, o mesmo é dizer, a uma história que assiste à expansão do que merece ser olhado e fotografado. (SOUSA, 2000, p. 14).

Uma fotografia é capaz de transmitir à sociedade informações sem necessariamente conter palavras. Com isso Boni (2000) afirma que toda fotografia, mesmo que sua história seja desconhecida pelo leitor, apresenta uma informação e, assim, é caracterizada como fotojornalismo.

Conforme Lima (1989), a fotografia na imprensa estreitou o mundo, pois a sociedade estava habituada com o que lhe era apresentada ao seu redor, mas as fotografias podem apresentar o que acontece também ao longe.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial o fotojornalismo é observado e melhorado nas publicações, com legendas e coerência entre imagem e texto. Conforme Buitoni (2011), em 1886 Félix Nadar realizou a primeira foto entrevista publicando doze imagens no impresso francês “*Le Journal Illustré*”.

O desenvolvimento das tecnologias de câmeras fotográficas na Alemanha alavancou o país no fotojornalismo. Entre 1920 a 1930, a Alemanha possuía o maior número de revistas com fotografias. Segundo Sousa (2004), em 1933 diversos fotojornalistas e editores fugiram

da Alemanha com a chegada de Hitler, disseminando estes profissionais e suas técnicas alemãs para vários cantos do mundo.

Com o surgimento de agências fotográficas e noticiosas, inicia o serviço de *foto-press* com intensa competição entre agências e fotógrafos-autores. As revistas ilustradas passam por primeira crise (SOUSA, 2004, p. 22-23):

Há outros pontos interessantes no que respeita aos cenários de desenvolvimento do fotojornalismo no pós-guerra e anos posteriores. Trata-se da expansão (a) da imprensa cor-de-rosa, (b) das revistas eróticas “de qualidade”, como a Playboy (1953), (c) da imprensa de escândalos e (d) das revistas ilustradas especializadas em moda, decoração, eletrônica e fotografia, entre outros temas (que, em muitos casos, sobreviverão à concorrência com a televisão). A imprensa de escândalos e a imprensa cor-de-rosa vão fazer surgir, nos anos cinquenta, os paparazzi, fotógrafos especialistas na “caça às estrelas”, tornados tristemente célebres após a morte da Princesa Diana, que se servem dos mais variados expedientes para obter fotografias tão sensacionais quanto possível de gente famosa.

Segundo Silva (2015), as fotografias no jornalismo brasileiro, muitas vezes não complementavam a informação do texto; eram apresentadas separadas como fotos ou desenhos de prédios e paisagens, todas posadas. No Brasil, a *Revista da Semana*, lançada em 1900, trouxe em sua capa e páginas internas 12 fotografias, marcando o início do fotojornalismo no Brasil, documentando acontecimentos (BUITONI, 2011). Silva (2015) complementa que o trabalho excedido em conjunto do repórter e do fotógrafo é um elemento importante a informação, isso surgiu nas revistas *Manchete* e *Cruzeiro*, além do surgimento da fotorreportagem em 1929, e do envio de fotógrafos aos locais de acontecimentos para transmitir o fotojornalismo. O registro de movimento iniciou após o auxílio da tecnologia, onde os equipamentos ficaram mais leves e mais simples de manusear, aproximando a ideia de registro jornalístico (BUITONI, 2011).

A revista *National Geographic*<sup>3</sup> foi uma das primeiras revistas a apresentar em suas publicações fotos coloridas, no total foram mais de 1500 entre os anos de 1921 e 1930, inclusive fotos de peixes embaixo d’água. Em 1942, surgiu o primeiro filme colorido negativo possível de produzir cópias impressas. Isto ocorreu durante a guerra e era utilizado para registro mais nítido de fotos aéreas. Com o aumento do consumo de informação, acometido principalmente a partir dos anos de 1960, o fotojornalismo passa a ser destaque no jornalismo sensacionalista. O termo, também utilizado para definir a imprensa marrom, descreve a busca incessante pelo imediatismo. Novos conflitos e guerras surgem em vários pontos do mundo, com menos censura, os fotojornalistas buscaram os caminhos da sensibilidade e emoção na

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.nationalgeographic.com/>

divulgação de foto-choque, que são fotos de caráter traumático (ANDIÓN, 1988<sup>4</sup> apud SOUSA, 2004).

Nos jornais, as cores apareceram em 1980, quando surge também a tecnologia digital (BUITONI, 2011). Nos anos noventa, inicia a manipulação das imagens, o prestígio das fotodocumentalistas, a foto-choque perde espaço para a foto-ilustração e novas plataformas do jornalismo surgem trazendo a convergência da captação de imagens (SOUSA, 2004, p. 31-32):

Esses fatores levaram a que, na atualidade, persistam os debates sobre as ameaças à profissão, a ética e deontologia do fotojornalismo e o controle do fotojornalista sobre o seu trabalho, em torno, essencialmente, de quatro pontos: 1) Direitos de autor e reserva de soberania da autoria [...] 2) Conduta e invasão da privacidade 3) Problemas da implementação de tecnologias de alteração (e geração) computacional de imagens [...] 4) Problemas relacionados com a hipotética influência da televisão sobre o fotojornalismo.

Com a internet e aprimoramento das tecnologias, a instantaneidade passa ser um critério mais cobiçado pelos veículos de comunicação, mas uma questão importante e questionada a essa nova era é questionada, a ética profissional. “No contexto do *webjornalismo*, temos o conceito de *crossmídia*, que se refere a um jornalismo feito para ou a partir de diferentes mídias.” (BUITONI, 2011, p. 176).

Até o momento foram abordados elementos para compreender a fotografia e o seu uso no fotojornalismo, mas a partir de agora será abordado o fotojornalismo policial, conceito este que integra o objeto deste estudo.

### 2.2.1 Fotojornalismo policial

As fotografias que ilustram a morte estão presentes na imprensa há muito tempo. Conforme Sontag (2004), as imagens do fotógrafo norte-americano Weegee eram muito disputadas entre veículos de comunicação da época, para veiculação em jornais de suas imagens de crimes e acidentes. Segundo Rodrigues (2002), a velha e boa reportagem policial continua sendo um dos pilares do jornalismo.

Freitas (2012) afirma que as notícias devem ser atuais e de interesse do público, mas muitos jornalistas acabam exagerando na informação. É o caso do sensacionalismo na editoria policial que, para chamar atenção do público, foge da normalidade e explora a dor e sofrimento das pessoas envolvidas em ocasiões trágicas. As imagens caracterizadas como

---

<sup>4</sup> ANDIÓN, Margarida Ledo. *Foto-xoc e xornalismo*. La Coruña: Ediciós do Castro, 1988.

sensacionalistas iniciaram sua exposição nas guerras, causando impacto e uma nova forma de fazer jornalismo. “Primeiro porque elas rendiam fotografias diferentes e de maior impacto que as tomadas nas ruas. Segundo porque as guerras eram assuntos de interesse permanente da população, ansiosa por acompanhar seus desdobramentos” (BONI, 2000, p. 202).

Freitas (2012) afirma que o editor de fotografia deve selecionar as imagens para publicação, sem deixar de lado a ética jornalística, mas que transpasse a mensagem noticiosa através da fotografia para o público. É de responsabilidade dele selecionar imagens que não apresentem a estética do horror, e entre outros critérios de seleção éticos, que serão citados posteriormente neste trabalho. Costa (2002) aponta como equívoco do trabalho jornalístico supor antecipadamente a exposição total dos fatos, isto para satisfazer os diversos públicos, dos diversos segmentos, como indústria e mercado, o autor afirma que toda informação grotesca, exagerada possibilita o sensacionalismo, o que reduz o ato comunicativo da informação. O autor aborda a sensacionalização dos fatos sociais que visam a posse da emoção e do interesse do público, como decorrente também das imagens fotográficas:

Exposição do planejamento gráfico/visual que, fundamentado no corte, destaque, simulação, bricolagem de textos, imagens e sensações, permite orientar a captação dos elementos informacionais como se eles fossem representativos da totalidade do real. A indistinção entre o real e sua representação torna-se mais emblemática com o aparecimento da fotografia digital, da exploração mais acentuada de infografias e de imagens que simulam e criam simulacros. (COSTA, 2002, p. 138).

Segundo Hadlich e Bragança (2008), as fotografias são o segundo ponto que atrai o olhar do leitor, além das manchetes, devido a esse interesse pensado para o público, tem escapado análises de relevância das fotografias que ilustram as matérias jornalísticas.

O sensacionalismo se insere no campo fotográfico no jornalismo após a inserção do critério do impacto. Outros critérios de destaque neste campo são a importância, proximidade, interesse humano, raridade, verdade e objetividade, como afirma Erbolato (1991). Segundo Amaral (2003), a história do sensacionalismo vem do ponto de vista cultural, não criado recentemente pela mídia, mas presente na cultura popular presente na literatura e imprensa, sendo característica historicamente construída por populares. Angrimani (1995) exemplifica o termo sensacionalismo:

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. [...] Em casos mais específicos, inexistente a relação com qualquer fato e a “notícia” é elaborada como mero exercício ficcional. O termo “sensacionalista” é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado. Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível. A inadequação entre manchete e texto – ou ainda, manchete e foto; texto e foto; manchete, texto e foto – é outra característica da publicação sensacionalista, o que pode reforçar a posição de descrédito do leitor perante o veículo. (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

Amaral menciona que o sensacionalismo é capaz de instigar sensações no público, tornando-se um critério murcho e sem eficácia. “Ficou muito relacionado ao jornalismo que privilegiava a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fotos chocantes, de distorções e de mentiras” (AMARAL, 2003, p. 67). Angrimani (1995) refere que a valorização editorial da violência é um dos motivos que diferencia um veículo ser sensacionalista, passando sensações ao público. Ele acrescenta que a morte é o estímulo de venda para um jornal sensacionalista, pois o leitor se interessa pelo crime, pela catástrofe, fazendo com que este veículo segmente seu público, o que se atrai por sensacionalismo de linguagem, editorial e foto. Esta forma de observar a imagem de desgraça do outro nada mais é que o instinto humano ao ver o outro enquanto “não estou inserido” naquele contexto. Quem decide a forma de abordagem de certas situações e enquadramento da imagem como sendo sensacionalista ou amenizada, é o fotojornalista, conforme menciona Kossoy (2007):

Fatos corriqueiros, situações que poderiam passar despercebidas pela sua monotonia, podem se transformar em imagens de impacto, acontecimentos de maior ‘importância’, dependendo de como são elaborados antes, durante e após a produção do registro fotográfico. O contrário também é verdadeiro; fatos que denunciam toda uma situação dramática de sofrimento, miséria, dor e crueldade podem ser captados de forma harmoniosa, de acordo com o ângulo de tomada, descontextualizados de seu entorno, ‘amenizados’ em seus detalhes e, finalmente, esvaziados nas manchetes, legendas e textos que os acompanham. (KOSSOY, 2007, p. 105).

Conforme Angrimani (1995, p. 55), o autor de “*L’Échange Symbolique et La Mort*”<sup>5</sup>, Jean L. Baudrillard, se refere a morte saboreada como forma de espetáculo pelo público. “Qualquer coisa desta festividade contagiosa se encontra naquele episódio de 1807 na Inglaterra, onde 40 mil pessoas foram assistir a uma execução, tomados por um tal delírio, que cem mortos ficaram sobre o terreno” (ANGRIMANI, 1995, p. 55).

---

<sup>5</sup> Título de livro publicado em 1978.

A partir disso, entende-se o termo intitulado de Imprensa Amarela, surgido em 1890, com características de manchetes de escândalos, abuso do uso de ilustrações, muitas vezes inventadas e inadequadas, falsas notícias, através de um personagem de histórias em quadrinhos, cuja roupa era amarela.

As histórias se mantiveram nos jornais concorrentes de *Nova York, World e Journal* até 1900. No Brasil, com a tendência da Imprensa Amarela, foi criado o termo Imprensa Marrom relacionada ao sensacionalismo, ilegalidade e inconfiável. “A expressão ‘imprensa marrom’ ainda é amplamente utilizada quando se deseja lançar suspeita sobre a credibilidade de uma publicação” (ANGRIMANI, 1995, p. 22).

O jornalismo marrom encontra atualmente o campo mais abonado nos seminários ilustrados, em que são generosamente oferecidas, com imagens fascinantes, ilustrações macabras temperadas com erotismo. Abundam igualmente as imagens pseudocientíficas, de crimes, catástrofes, raptos, assaltos, vícios e de todo tipo de falhas humanas imagináveis. Os leitores habituais destas publicações costumam ser pessoas de baixa cultura, ingênuas ou moralmente perversas. (BLÁZQUEZ, 1999, p. 296).

Costa afirma que na produção jornalística é impossível fugir do desejo de superar a concorrência, provocar o interesse da audiência, através da sensacionalização dos fatos, por isso, as redações sintetizam dos acontecimentos como choques de estranhamento cada vez mais extraordinários (COSTA, 2002). Ramos e Paiva (2007), citam uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) em 2006, com a análise de oito jornais do Rio de Janeiro, afirmam que “32,6% dos textos foram ilustrados por fotos. No entanto, apenas em 3,8% dos casos as imagens apresentam pessoas mortas. Ferimentos e deformações aparecem em frequência [SIC] ainda menor: apenas 1,6% das imagens analisadas” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 64).

Mesmo as fotos de cadáveres que continuam a ser exibidas têm sido suavizadas em relação aos padrões do passado. A razão, segundo explicaram os entrevistados por esta pesquisa, é a rejeição do próprio público. Anos de exposição a imagens violentas e o aumento dos índices de criminalidade parecem ter feito com que parte significativa dos leitores passasse a rejeitar a apresentação de imagens sangrentas nos jornais. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 64).

Para descrição e análise das imagens da editoria policial do Portal21, estabeleceu-se categorias éticas segundo autores para suprir o problema de pesquisa, sobre quais são os problemas éticos na editoria policial do veículo de comunicação, Portal 21?

### 3 CRITÉRIOS ÉTICOS PARA COMPREENDER O FOTOJORNALISMO

Neste capítulo são apresentadas as categorias que servirão de análise das imagens na editoria policial do Portal 21, na perspectiva ética e sensacionalista. A amostra foi constituída de 20 de agosto de 2013, data em que a editoria possui a primeira publicação no site, até dia 05 de junho de 2016, no site do Portal pelo endereço eletrônico: [www.portal21.com.br](http://www.portal21.com.br), e na *fanpage* do Facebook. Foram selecionadas imagens que mais visivelmente se encaixam nas categorias apresentados a seguir, e foram selecionadas em dois temas, “Violência no Trânsito” e “Homicídios e Tentativas de Homicídios”. De um universo de mais de mil imagens publicadas pelo Portal 21, em seu site<sup>6</sup>, construiu-se uma amostra de 37 imagens que foram escolhidas a partir de algumas categorias, apresentados a seguir, pois apresentam marcas de sensacionalismo, desrespeito com o indivíduo noticiado, sua dor, privacidade do cidadão, entre outras marcas, nos critérios estabelecidos por Janaína Dias Barcelos, em sua tese de doutorado, intitulada “*Por um fotojornalismo que respeite a dignidade humana: a dimensão ética como questão fundamental na contemporaneidade*”, publicada na revista *Discursos Fotográficos* em 2014. Barcelos (2014) utilizou oito critérios para compreender a ética no fotojornalismo, são eles: respeito à dignidade humana em momentos de dor; busca por audiência; valores universais (solidariedade e paz); privacidade do cidadão; honra as pessoas e imagem do cidadão; liberdade de imprensa, da informação e direito das pessoas à informação; responsabilidade em exercer o fotojornalismo dentro de um marco deontológico, bom senso e sensibilidade do profissional; e estética do horror. Barcelos (2014) traz estes princípios embasados em autores, códigos de ética e documentos explicitados em sua pesquisa.

Sousa (2005) apresenta alguns critérios de seleção de análise que serão utilizadas na pesquisa para colaboração, são elas:

- a) Cedência ou não à estética do horror em fotojornalismo [...]
- b) Uso de fotos de acontecimentos traumáticos;
- c) Modificação e truncagem de fotografias;
- d) Cedência à espetacularização e ao sensacionalismo, nomeadamente à espetacularização e ao sensacionalismo gratuitos;
- e) Captação de imagens sem que o jornalista se identifique como tal;
- f) Captação de imagens sem respeitarem as pessoas. (SOUSA, 2005, p. 105).

Através dos critérios dos dois autores acima mencionados, estabeleceram-se categorias de análise, as quais orientarão na elucidação do problema de pesquisa, voltada à análise das

---

<sup>6</sup> Não é possível fazer a contagem de postagens no Facebook, pois foi retirado do ar.

imagens selecionadas do Portal 21. Os critérios não foram usados em sua totalidade, pois não será analisada a cobertura fotográfica, apenas as imagens publicadas, o que restringe alguns critérios levantados pelos autores.

O primeiro critério que será abordado como categoria de análise das imagens do Portal 21, será a espetacularização e o sensacionalismo da informação já que, segundo Angrimani (1995), o jornalismo policial carrega força emotiva e apelativa, além de ser uma estratégia de venda, tem interligações nos seguintes elementos: proximidade, subjetividade e emocional. Essa estratégia de venda também é mencionada por Ramos e Paiva (2007), como justificativa da forma errada em se fazer jornalismo com base no pessimismo e informações genéricas não só por profissionais, mas também em ambiente acadêmico. O Art. 1º do Código de ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007 – ANEXO A), afirma que o acesso à informação pública não deve ser impedido por nenhum tipo de interesse, portanto, ela não deve se tornar comercial. O Art. 11 do Código de Ética dos Jornalistas (FENAJ, 2007-ANEXO A), afirma que o jornalista deve evitar a divulgação de fatos com esses interesses, além de elementos de caráter mórbido, sensacionalistas e explícita que isto não deve ocorrer especialmente em crimes e acidentes, no caso dos dois grupos analisados.

Cornu (1994<sup>7</sup> apud BARCELOS, 2014), afirma que relatos de acidentes, são explorados muitas vezes comercialmente, deixando de lado o respeito, espetacularizando através das fotos-choque, onde a deontologia profissional, tem muito caminho a percorrer. Embarcando na questão comercial, Cornu (1994 apud BARCELOS, 2014), afirma que a análise de uma imagem deve ser feita através da verificação da importância daquela imagem, se ela é realmente necessária para compreender a informação, ou se está sendo usada para chocar e buscar público comercialmente, e aumentar a audiência do veículo.

Outros autores também mencionam as imagens chocantes como estratégia de venda, como Sousa (2005), afirmando que a foto de impacto, choque, muda a conduta jornalística, pois ela domina a imprensa. Com esta forma de informar, o profissional fotojornalista deve estabelecer o que de mais importante há na situação, sua integridade profissional, lealdade com o público e pessoa noticiada, informar a sociedade, ou seguir critérios de sua empresa.

O segundo critério estabelecido como categoria de análise é a privacidade do cidadão, honra às pessoas e imagem do cidadão. Barcelos (2014) traz o Art. 9º do Código de Ética do Jornalismo Brasileiro (FENAJ, 2007 – ANEXO A), onde aponta a importância do jornalista em respeitar o direito à privacidade do cidadão mesmo que seja obrigação do mesmo informar

---

<sup>7</sup> CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

a notícia de interesse público, dessa forma: “É dever do jornalista: [...] e) Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem” (FENAJ, 2007, on-line – ANEXO A). Em sua pesquisa, Barcelos menciona a privacidade no Art. 9º do Código Deontológico dos Jornalistas de Lisboa de 1993<sup>8</sup>, onde o jornalista deve antes de captar imagens, manter uma atitude realista, de responsabilidade com as pessoas, respeitando seus valores e princípios.

O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos exceto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas. (SINDICATO DOS JORNALISTAS, 1993 apud BARCELOS, 2014, p. 123).

Blázquez (1999) aponta a privacidade também no Código de Ética Jornalística da Unesco, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de violação da privacidade da pessoa noticiada. Este conceito, também está presente na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que prevê o mesmo direito se violável a intimidade, vida privada e honra das pessoas. Rodrigues (1999) aborda o direito à privacidade como norma respeitante que todo cidadão tem, inclusive o direito de preservar seu nome e identidade ao olhar dos outros.

O Art. 8º do Código de ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007 – ANEXO A), aborda o direito das pessoas em manter sua identidade resguardada, o que encaixa no critério de privacidade do cidadão e no próximo, onde será apresentada a honra às pessoas e a imagem do cidadão. Pois neste Artigo, consta que o profissional deve resguardar a origem e identidade de suas fontes de informação, portanto, em casos de divulgação onde a notícia é delicada, como com mortes, estudado nesta pesquisa, este artigo deve ser colocado em prática.

A honra das pessoas/imagem do cidadão é tratada por Camps<sup>9</sup> (2004 apud BARCELOS, 2014) onde atenta para a avaliação do limite de liberdade de expressão do fotojornalista e a informação. Este critério é abordado também pelo Art. 6º do Código de Ética do Jornalismo Brasileiro (FENAJ, 2007 – ANEXO A), onde aponta o dever do profissional em respeitar além da privacidade e intimidade, a honra e a imagem do cidadão. “O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade

<sup>8</sup> SINDICATO DOS JORNALISTAS. *Código deontológico dos jornalistas*. Lisboa, 1993. Disponível em: <<http://www.jornalistas.eu/?n=24>>. Acessado em: ago. 2016.

<sup>9</sup> CAMPS, Victoria. Opinión pública, libertad de expresión y derecho a la información. In: CONILL, Jesus; GOZÁLVEZ, Vicent. *Ética de los medios: una apuesta por una ciudadanía audiovisual*. Barcelona: Gedisa, 2004.

pública, subordinado ao presente Código de Ética.” (FENAJ, 2007, on-line – ANEXO A), complementando com o Art. 11º do mesmo, que não se devem divulgar elementos de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes (inciso II do artigo 11).

San Martín (1996<sup>10</sup> apud BARCELOS, 2014) em sua tese de doutorado intitulada “Código ético e deontológico para a fotografia e a imagem informativa” afirma o dever do profissional em respeitar a intimidade e a honra das pessoas não obtendo, sem o consentimento delas, depoimentos retratados pelo sensacionalismo, como nas fotografias de violência, dor e terrorismo. Além disso, San Martín (1996 apud BARCELOS, 2014), também aponta que a divulgação de corpos em vida ou de cadáver viola o direito à intimidade da pessoa fotografada, direito legal e ético de ter sua dor e morte privada. O Art. 20 do Código Civil aborda que as imagens podem ser divulgadas se autorizadas, caso contrário se atingirem a honra e o respeito para fins comerciais, cabe à prejuízo de indenização.

A partir dos critérios de bom senso e sensibilidade do profissional, estabeleceu-se a terceira categoria de análise. Barcelos (2014) aborda a importância do profissional em informar a sociedade, tendo bom senso, responsabilidade, sensibilidade em exercer o fotojornalismo dentro de um marco deontológico:

Portanto, as fotografias precisariam também levar esse aspecto em consideração: se os sujeitos retratados têm sua dignidade preservada. Mas como medir isso? Além do bom senso, da consciência e da sensibilidade do profissional, uma maneira de verificar isso seria analisar se a imagem “coisifica” a pessoa, ou seja, se aquela informação é essencialmente necessária para a compreensão de dada realidade ou se o ser humano retratado serve apenas como instrumento, seja para chocar, causar piedade, aumentar a audiência, ou qual for o objetivo do fotógrafo ou do veículo de comunicação. O cuidado deve ser total, considerando que atrocidades muitas vezes destroem “o que identifica as pessoas como indivíduos, até como seres humanos” (SONTAG, 2003, p.67)<sup>11</sup>. Explorar tal circunstância seria ir contra o que diz o Artigo 14º que aponta como dever “Tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar”, e, aqui, sentimo-nos no direito de substituir: seria dever do fotojornalista tratar com respeito todas as pessoas retratadas nas fotografias que divulgar (BARCELOS, 2014, p. 119).

Sousa (2004) aponta que o fotojornalista deve em todo o tipo de fotografia ter sensibilidade e capacidade de avaliação das situações, pensando na melhor forma de fotografar, mesmo que necessite de rapidez e curiosidade. Benazzi (2010) afirma que a sensibilidade está ligada a aspectos emocionais, que a imagem carrega que foi intencional do fotógrafo, e enfatiza que os portais, revistas e jornais, publicam imagens com o intuito de

<sup>10</sup> SAN MARTÍN, Maria dos Anjos. *Código ético e deontológico para a fotografia e imagem informativa*. 2. ed. Madri: Trigo Edições, 1996.

<sup>11</sup> SONTAG, Susan. *Olhando o sofrimento dos outros*. Algés: Gótica, 2003.

chamar atenção do público através da sensibilização também por parte do leitor, mas que algumas dessas imagens publicadas chocam o público.

Martins (2013) diz que é o jornalista que decide como ele deve agir, mas que haja sensibilidade, bom senso e consciência ética, pois nenhum código estabelece como evitar certas condições no trabalho jornalístico, a decisão é com o profissional. Em sua obra de 2014, Martins também diz que nada supre a sensibilidade e o bom senso, por mais rigorosas que sejam as normas e condutas deontológicas, deve opor-se a envoltura emocional, pois isso danifica seu desempenho de mediador. O Art. 7º do Código da FENAJ (2007 – ANEXO A), atenta para o compromisso do jornalista para divulgação correta da informação, com comprometimento com a verdade e apuração dos fatos, o que inclui a responsabilidade do profissional, disposto neste critério. Portanto, estes princípios não inclui a estética do horror, do choque e de impacto.

Foi estabelecida outra categoria de análise, segundo os critérios de Sousa (2005), sobre estética do horror e fotos de acontecimentos traumáticos. Nessa visão do trágico ligado à morte, Chiapinotto (2010) afirma que percebe que existem diversos tipos de morte noticiados no jornalismo, são eles: “1) morte natural (doença, velhice); 2) morte por violência (guerras, terrorismo, crimes, embates urbanos); 3) morte de personalidades públicas; 4) morte por tragédias (acidentes, catástrofes da natureza); 5) vida após a morte e enfreamento da morte” (CHIAPINOTTO, 2010, p. 18).

Sousa (2005) delimita também o princípio de “apropriação não consentida da imagem de uma pessoa para fins comerciais”, concretizando a ideia de respeito às pessoas sem pensar apenas no comercial e aumento de público, que pode chocar-se e deixar o veículo incrível. Para complementar a ideia do autor, sua obra de 2004, apanha de modo geral os primeiros princípios mencionados:

Falar de ética implica falar de uma perspectiva, o fotojornalista consciente, enquanto ser humano inquieto, deve sempre interrogar-se quando explora temas violentos: “Será o acontecimento fotografado de tal dimensão sócio histórica e cultural que o choque do observador é justificável? A violência será necessária para a compreensão do acontecimento ou para a sua comprovação?”<sup>12</sup> O corpo nu de um criminoso abatido pela polícia, à espera de ser autopsiado, talvez não seja um motivo fotográfico eticamente aceitável, tal como não o será um rosto desfigurado após um acidente de trânsito. (SOUSA, 2004, p. 135).

---

<sup>12</sup> Citação do autor feita a partir de Mather, apud Lester, 1991: 42. Referência: LESTER, P. M. *Photojournalism: an ethical approach*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1991.

A partir dos critérios de manipulação e truncagem, estabeleceu-se a quinta categoria de análise. O Código de Ética da *National Press Photographers Association* (NPPA, 2016), abordado por Barcelos (2014), afirma que as fotografias podem causar danos e impactos se forem manipuladas ou insensivelmente intrusivas. Além disso, o autor aborda a importância em tratar os indivíduos com respeito e dignidade, com mais presteza a pessoas vulneráveis, e vítimas de tragédias e crimes. Truncagem de fotografias é mencionada como elementos retirados da fotografia ou cenas montadas, que não aconteceram. Almeida e Boni (2006) afirmam que tratamento é diferente de manipulação, pois o tratamento melhora a imagem em questão de qualidade, aumentando ou diminuindo luz, cor, saturação, sem alterar o conteúdo mostrado. Já a manipulação ou truncagem como Sousa (2005) apresenta, há uma interferência de realidade na imagem, onde elementos podem ser tirados ou acrescentados, alterando a fotografia original. Portanto, o sentido da imagem é alterado quando ocorre a manipulação. “A manipulação não é, portanto, um privilégio ou prerrogativa da tecnologia digital. Esta apenas facilita e amplia as possibilidades de manipulação, acalorando, com isso, a discussão ética em torno desse procedimento” (ALMEIDA; BONI, 2006, p. 35).

As categorias de análise foram formuladas a partir dos autores Barcelos (2014) e Sousa (2005), como categorias gerais para análise do fotojornalismo, mas nesse trabalho que visa somente o estudo da imagem fotográfica, foram destacados cinco critérios que servirão de categorias de análise para o presente estudo sobre os problemas éticos no fotojornalismo do Portal 21:

Quadro 1 – Categorias de análise

Categoria 1	Destaque à espetacularização e ao sensacionalismo da informação;
Categoria 2	Atentado à privacidade do cidadão, honra às pessoas e imagem do cidadão;
Categoria 3	Falta de bom senso e sensibilidade do profissional;
Categoria 4	Cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos traumáticos;
Categoria 5	Modificação e truncagem de fotografias.

Fonte: baseado em Barcelos (2014) e Sousa (2005).

Resumidamente, conforme o quadro nº 1 as categorias propostas para análise do fotojornalismo do Portal 21 são: destaque à espetacularização e ao sensacionalismo da informação; atentado à privacidade do cidadão, honra às pessoas e imagem do cidadão; falta de bom senso e sensibilidade do profissional; cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos traumáticos; e modificação e truncagem de fotografias.

## 4 JORNALISMO ON-LINE

Neste capítulo, será abordado o histórico de jornalismo on-line, a teoria da organização, teoria do *gatekeeper*, os portais autônomos, o jornalismo no Facebook e apresentação do Portal 21. O capítulo iniciará com a abordagem de comunicação on-line e seu histórico, para então abordar os demais assuntos pertinentes no estudo.

### 4.1 Histórico do jornalismo on-line

Miranda (2004), afirma que a internet é integrada por computadores que possuem uma língua em comum, um protocolo, permitindo que redes se comuniquem com outras redes. Moherdauí (2007), afirma que na década de 1970, os Estados Unidos iniciaram experiências para montar uma estrutura central de cidades conectadas, cuja proposta de tecnologia, eram quatro: “conexões de linha telefônica; tevê por cabos; as redes de televisão comerciais; e as redes de televisão públicas” (MOHERDAUI, 2007, p. 22). Com essa estrutura, surgiu uma supervia de informação, com redes nacionais e internacionais com troca de informações de pessoas através de computadores. O autor afirma também que a internet é uma das facetas da infovia, que a partir de 1990, cresceu ainda mais com o desenvolvimento da *World Wide Web* (WWW), comportando o compartilhamento de grandes arquivos, de grandes volumes como textos e imagens, entre os usuários. Moherdauí (2007), complementa afirmando que o início da era da informação digital foi no final de 1980 nos Estados Unidos. “Na época, a transposição da produção jornalística para a Internet estava resumida aos serviços de notícias específicas para um segmento de público, oferecidos por provedores como a America On-line” (MOHERDAUI, 2007, p. 23).

O primeiro grande jornal que ofereceu serviços on-line segundo Moherdauí (2007), foi *The New York Times*, em meados dos anos de 1970, disponibilizando resumos e textos completos de artigos de suas edições diárias que eram passadas à assinantes que tinham acesso à computadores pequenos. Com o crescimento da internet, o autor diz que os jornais passam a adotar diversas estratégias, como de serviços comerciais, onde veículos oferecem serviços e conteúdo editorial on-line acessados mediante uma taxa. Em 1995, *The Wall Street Journal* lança o *Personal Journal*, uma versão de negócios empresarial, onde os assinantes montavam suas edições e acessavam via telefone. Em 1999, surge o primeiro jornal virtual, o *Diário Digital*, de Portugal, com desenvolvimento de conteúdo específico para internet, contando também com a utilização de material de agências de notícias. No Brasil, o Grupo O

*Estado de S. Paulo*, entra na rede de forma isolada e investe em serviços especializados de informação desde os anos de 1980. As outras empresas jornalísticas, se inserem na rede a partir destas iniciativas do Grupo, mas o primeiro jornal brasileiro que fez uma cobertura completa no espaço virtual, foi o *Jornal do Brasil* em 1995 (MOHERDAUI, 2007).

A partir disso, diversos jornais se inserem na web, conforme Moherdauí. Em 1996, o *Brasil On-line* produz além de textos e imagens para web, produz também gráficos, animações, áudio e vídeo, segundo o autor, este jornal passou a se chamar *Folha On-line*, que inovou na cobertura jornalística. O primeiro jornal on-line brasileiro foi lançado em 2000, com o nome, *Último Segundo*, com publicação de material de agências de informações, reportagens e entrevistas. Diversos serviços foram implantados nesta plataforma, como agências financeiras, sites de notícias atualizadas de mídia e publicidade, informações em tempo real e provedor de acesso que produz informações noticiosas (MOHERDAUI, 2007, p. 25-26).

Miranda (2004), afirma ainda que o jornalista não tem mais controle de organização, o que gera riscos na atividade jornalística e sua capacidade reflexiva. O termo “fechamento” diário é a lapidação de um material bruto, já o on-line é a indeterminação de uma “abertura”. E segundo Bourdieu (1997), o que é produzido com velocidade é sempre uma ameaça, uma amnésia estrutural. Para abordar como se dá a organização das equipes que trabalham para gerar conteúdos on-line, será abordada a Teoria da Organização, *gatekeeper*.

## **4.2 Teoria da organização**

A organização na qual o profissional se insere molda o jornalista conforme a atividade jornalística da empresa. Traquina (2005) afirma ainda que existem seis fatores que auxiliam na hierarquização dessa teoria, sem oposições dos profissionais. O primeiro é a autoridade institucional e as sanções, afirmando o receio por parte dos profissionais em receber punições, onde a chefia tem o poder de distribuir e atribuir tarefas entre a equipe, algumas delas agradáveis, outras nem tanto, além de alterações no texto, cortes, colocação de peças no produto jornalístico, colocação de assinaturas ou não nas peças. O segundo fator consiste em: sentimentos de obrigação e estima para com os superiores, onde o autor afirma que com o passar do tempo, os profissionais inseridos na empresa criam laços de amizade, sentimentos de obrigação com a empresa, e ela por sua vez deve respeitar os profissionais mais velhos, que são exemplos para os calouros. O terceiro fator aborda as aspirações de mobilidade, onde ir contra a política editorial da empresa é ficar longe de evolução de cargo, o que foge do

desejo dos profissionais. O quarto fator é a ausência de grupos de lealdade em conflito, onde o autor aborda que o local de trabalho dos jornalistas é pacífico, portanto, não necessita de interferência de organizações sindicais para resolver assuntos internos. O quinto fator é o prazer da atividade, onde os jornalistas gostam de suas funções e há cooperação entre a equipe, pois ele é o primeiro a saber dos fatos, então quer ser reconhecido e reter experiências. O sexto fator é as notícias como valor, onde as notícias são construídas como um trabalho constante, de 24 horas por dia, assim, o profissional obtém mais notícias e não contesta a linha editorial da empresa. Fazer dos empecilhos, soluções como vencer fechamentos, isso cria credibilidade com os diretores (TRAQUINA, 2005, p. 153-155).

Breed (1993 *apud* TRAQUINA, 2005), afirma que a imposição de uma política consistiria um tabu ético da independência e legitimidade profissional. O autor menciona também cinco fatores que ajudam o jornalista a iludir o controle da empresa. O primeiro é que as normas da política editorial nem sempre são claras, ou até mesmo são vagas. O segundo é que o jornalista tem o poder de seleção, com base em códigos profissionais, podendo escolher pessoas para citar, com quem conversar, checar e quem inserir na notícia. O terceiro diz respeito à veiculação de uma notícia realizada pelo profissional, mas que não foi utilizada pela empresa pela qual ele está inserido, permitindo assim, após passar pela sua chefia, a liberação de veicular em outra empresa com a justificativa da importância daquela informação para ser veiculada. O quarto, aponta a questão que será levantada na apresentação do Portal 21, onde o repórter tem total autonomia sobre o que tem em mãos e ter a função de editor, tendo o poder de selecionar quais “estórias” (assim mencionada por TRAQUINA, 2005), podem ser selecionadas e quais ignoradas. O quinto e último fator, é do estatuto do jornalista, onde profissionais empregados, com título de estrela, podem facilmente ultrapassar a política editorial.

Segundo a teoria organizacional, o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios de que a organização dispõe. Assim, esta teoria aponta para a importância do fator econômico na atividade jornalística. Aliás, como iremos ter a oportunidade de sublinhar na apresentação de uma das vertentes da teoria de ação política, o fator econômico é determinante na resposta dada à pergunta porque as notícias são como são (TRAQUINA, 2005, p. 158).

Com esta afirmação, o autor também complementa, que com este pensamento econômico, inicia o problema do sensacionalismo no jornalismo, à procura por público leva a empresa visar lucros, como mercadorias e não informação. As empresas têm seus gastos e nem todas são de grande porte que geram grande retorno financeiro, com isto, não têm como

ter profissionais correspondentes estrangeiros, por exemplo, ou enviar profissionais às coberturas e até mesmo adotar a assinatura de serviços especiais. A produção de conteúdo da empresa é influenciada pelos recursos econômicos, é preciso selecionar fatos que serão cobertos para divulgar na empresa.

Dentro da teoria organizacional, alguns acadêmicos investigam as variáveis que podem intervir no funcionamento da empresa. Nesta linha de pesquisa, foram identificados como importantes os seguintes fatores: 1) O papel do diretor no funcionamento da empresa, distinguindo a diferença entre diretores ativos e passivos; 2) Outro fator é o tamanho da empresa. O tamanho da empresa influencia: a) o grau de especialização dos jornalistas – havendo mais especialização nas grandes empresas; b) a dinâmica comunicacional dentro da empresa – havendo menos comunicação interativa nas grandes empresas; c) o grau de autonomia do jornalista – havendo mais autonomia nas pequenas empresas, porque há diferente estruturas de autoridade. Nas pequenas empresas, a estrutura é mais flexível, enquanto nas grandes empresas as estruturas de controle são mais centralizadas. (TRAQUINA, 2005, p. 160).

Esta afirmação apontada por Traquina (2005) será retomada mais adiante para falar do Portal 21, pois ele tem um determinado tamanho que implica no tipo de prática jornalística produzida. Para complementar a Teoria Organizacional, será abordada a teoria do *gatekeeper*, onde o jornalista deve tomar diversas decisões para publicar ou não uma notícia.

#### 4.2.1 Teoria do *Gatekeeper*

O termo *gatekeeper* fez parte de diversos estudos no jornalismo nas décadas de 50 e 60, inserido nos estudos por David Manning White. Shoemaker e Vos (2011), afirmam que *gatekeeping* ou *gatekeeper* é o processo de seleção e transformação de informações para levar às pessoas, considerado também o “papel central da mídia na vida pública moderna”. Este processo de seleção passa confiança ao público.

“O processo de *gatekeeping* pode afetar diretamente as atitudes e opiniões da audiência, de modo que tanto mensagens de apoio quanto mensagens conflitantes atravessam os portões” (SHOEMAKER; VOS, 2011, p. 15). Os autores complementam que a influência da mídia na opinião pública gera versões de realidade que ficam de acordo com uns, mas não com outros.

Shoemaker e Vos (2011), afirmam ainda que a internet oferece maior interação entre audiência, elaboradores e criadores, essa interação, faz da audiência os próprios *gatekeepers*, capazes de influenciar neste processo:

Os portais de notícias foram desenvolvidos para capturar itens noticiosos em páginas de notícias na internet usar a linguagem de programação [...] para determinar quais reportagens (de outras organizações jornalísticas) serão incluídas. Os algoritmos também determinam a ordem das histórias, a rapidez com que aparecem, sob qual categoria (por exemplo, notícias de mundo), links para outras organizações jornalísticas, e assim por diante. Os algoritmos geram probabilidades que avaliam o valor de notícia dos itens e seguem regras para manipulá-los (SHOEMAKER; VOZ, 2011, p. 19).

Shoemaker e Voz (2011), afirmam ainda que muitos jornalistas seguem valores tradicionais, mas que a emergência do jornalismo público faz com que ocorra uma mudança nos papéis dos profissionais, com maior ênfase no envolvimento com a sociedade e notícias locais. É o que será abordado no próximo tópico, com os portais autônomos, regionais e locais.

### 4.3 Portais autônomos

Com a popularização da navegação pelo *World Wide Web*, as informações ficaram de fácil acesso, Barbosa (2002) afirma que as empresas logo perceberam o quanto os portais agregam audiência com grande visibilidade de conteúdos e publicidades. No Brasil, os portais iniciam como mecanismos de busca. O autor menciona Portal Vortal, um portal que é mais segmentando, que foca em assunto específico ou vários assuntos de interesse comum para uma comunidade, portanto:

Nesta categoria “Vortal” podemos encaixar, como variante, o Portal Regional (também chamado de Portal Local), pela relação direta entre comunidade e conteúdo, já que foca a sua atuação no atendimento da demanda de informações e serviços direcionados a uma determinada região, focando, portanto, na segmentação. Além disso, o portal regional pode ser um elemento potencializador para socializar o uso das redes telemáticas entre uma comunidade, além de fortalecer o sentimento de pertencimento (BARBOSA, 2002, p. 43).

Barbosa (2002), afirma que os portais regionais usam elementos do jornalismo midiático digital relacionado aos critérios da proximidade, como a interatividade, convergência, personalização, memória, hipertextualidade e atualização contínua. O autor menciona Gonçalves (2002), sobre a cobertura de notícia, que não é necessário o deslocamento dos profissionais, pois “a redação digital ocupa o lugar de um centro de gravidade para onde converge o fluxo de matérias enviadas aos profissionais, colaboradores e usuários do sistema.” (BARBOSA, 2002, p. 86). Barbosa afirma que os portais regionais

fazem um *mix* de material, não apenas usando as notícias feitas por repórteres da empresa, mas também por sites parceiros, integrando as equipes.

Evidentemente, para o jornalismo, a instância local sempre foi de grande relevância. O dado novo é que no jornalismo digital, a estrutura das redes permitem novas possibilidades para a geração desses conteúdos locais, ampliando o espaço para a sua veiculação. Cada vez mais, iniciativas são direcionadas para expressar e fazer circular informações e serviços focados no interesse das comunidades. (BARBOSA, 2002, p. 90).

O Portal 21 é um Portal regional conforme Barbosa (2002), tendo prática em relação à proximidade, inclusive seu nome se refere à 21 municípios no entorno de onde fica a sede do Portal, conforme será apresentado no decorrer do capítulo quando o Portal será apresentado.

Integrando essas novas possibilidades de geração de conteúdo, está a rede social Facebook, uma plataforma de entretenimento, que está sendo muito utilizado por veículos de comunicação para informar seu público, atraindo mais que os próprios sites. Vejamos a seguir.

#### **4.4 Jornalismo no Facebook**

A velocidade com que a plataforma on-line possibilita ao jornalismo é imensa, as redes sociais aceleram ainda mais essa visibilidade e instantaneidade de informações. Fonseca (2010), diz que o Facebook é uma rede social de uma plataforma de comunicação on-line, onde permite o compartilhamento de textos, foto, vídeos através da criação de uma conta pelo endereço eletrônico: [www.facebook.com](http://www.facebook.com), por qualquer pessoa que tenha acesso à internet.

Fonseca (2010) afirma ainda que os meios de comunicação tiveram e devem se adaptar a esse novo canal de distribuição de notícias, mudando suas formas de abordar a informação, sendo proativos, fazendo com que alguns critérios os favoreçam, como a proximidade e relevância.

Rodrigues Netto e Paula (2015), afirmam em sua pesquisa que as redes sociais provocaram uma bagunça nos conceitos de apuração, busca da veracidade e narrativa perfeita para compreensão do público. Através destas mídias sociais, como o Facebook, foi possível fazer um jornalismo mais dinâmico, seguindo um fluxo de divulgação.

O autor menciona ainda a necessidade que estas redes apresentam em ter normas e princípios entre o jornalismo e as redes sociais, e aborda a citação de Rodrigues (2010), onde

afirma que a linha editorial do veículo e o conteúdo disponibilizado nas redes podem provocar uma amplitude nas regras deontológicas e éticas.

#### 4.5 Portal 21

O Portal 21 é um veículo de comunicação da plataforma on-line de jornalismo no município de Marau/RS. Iniciou os trabalhos de divulgação em 2013, conforme a data de postagens, mas o veículo “diz” ter iniciado suas atividades no mês de abril de 2014, conforme as matérias postadas no site intituladas “#1AnoPortal21: Celebramos hoje, 20 de abril, o aniversário de primeiro ano do Portal 21” (PORTAL 21, 2015, on-line) e “Portal 21 atinge, apenas nos últimos 7 dias, mais de 1,3 milhões de internautas nas redes sociais” (PORTAL 21, 2016, on-line). Por ser um veículo de comunicação mais recente, o Portal encaixa a afirmação de Traquina (2005), onde o autor aborda que o tamanho da empresa pode influenciar no grau de especialização por parte dos jornalistas, dinâmica comunicacional entre a equipe e grau de autonomia do jornalista.

O Portal 21 faz uso para o seu jornalismo das seguintes plataformas: site, Facebook, Instagram e Twitter. Faz a cobertura jornalística em 21 municípios da região norte do Rio Grande do Sul, são eles: Almirante Tamandaré, Camargo, Carazinho, Casca, Ciriaco, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhano, Muliterno, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, Vanini e Vila Maria. O Portal segue o pensamento de Barbosa (2002), onde o autor aborda que os portais regionais usam elementos do jornalismo, neste caso o critério da proximidade.

O site possui a seguinte divisão de editorias: “Eventos, Turismo, Cultura, Saúde, Educação, Esporte, Política, Polícia, Economia e Agricultura”. Na *fanpage* do Facebook, e nos perfis do Instagram e Twitter são publicadas notícias de diversas editorias, sendo hiperlinkadas ao site para que os leitores tenham acesso à notícia completa.

Foi encontrado apenas um folder de divulgação sobre o veículo, anexado em uma das notícias de aniversário do Portal, postado dia 20 de abril de 2015. A figura é um informe do aniversário de um ano do veículo, onde aborda a necessidade da informação ágil que a “Região da Produção, constituída por 21 municípios”, conforme delineada pelo Portal, necessitava ter em diversas plataformas on-line. As figuras ilustram também o brasão dos municípios de cobertura, assinatura e foto de Marcelo Finkler, sem identificação de cargo, apenas “Portal 21”, abaixo do nome. A figura 1B dá sequência ao informe comemorativo de 1

ano do Portal 21, com levantamentos de quantidade de curtidas e seguidores nas redes sociais do veículo, além de um informe comercial com o título “Por que investir no Portal 21? ”, com a divulgação da quantidade de acessos no site o Portal teve em um ano (conforme o veículo alega) no ar.

Figura 1 – A: Informe de aniversário de 1 ano do Portal 21; B: Informe comercial de aniversário do Portal 21

**Facebook.com/21Portal | www.portal21.com.br | (54) 9914-2121**

**Conheça o portal21**  
O portal da região da produção

**20 de abril: um ano do Portal dos 21 municípios da região**

O Portal 21 nasceu da necessidade por informação ágil, precisa e de qualidade. Mais do que isso: surgiu da necessidade por informação a qualquer hora e em qualquer lugar, até então pouco explorada por demais veículos de comunicação. A comunicação no meio digital cresceu rapidamente nos últimos anos. E com a chegada das redes sociais e evolução dos aparelhos celulares, smartphones, notebooks e tablets, a internet passou a ocupar o cotidiano das pessoas que têm acesso a rede.

É diante deste cenário que nos lançamos à comunidade regional, buscando mostrar através de um amplo portal de notícias, o que acontece e há de melhor nos 21 municípios da Região da Produção.

No Portal 21, o internauta se mantém atualizado com tudo o que é notícia em cada uma das cidades abrangidas. Do esporte à política; da cultura à saúde; da economia à agricultura. Tudo é captado pelas nossas lentes e textos.

Nosso objetivo não é somente expor tragédias policiais, tão pouco competir pelo “bônus” de ser o primeiro a informar determinado fato desta natureza. Mas sim, expor as potencialidades da nossa região e informar com credibilidade e seriedade.

Apresentamos aqui os 20 municípios, além de Marau, que fazem parte do Portal 21, o Portal da Região da Produção:


Marcelo Finkler  
Portal 21

**Portal 21 é líder nas redes sociais**

Em um ano de atuação, já assumimos o topo das redes sociais em Marau, superando todas as demais mídias do município.

Já são quase **15 mil** curtidas na Fan Page do Facebook

E mais de **1.500** seguidores no Twitter

Veja você mesmo! Siga o Portal nas redes sociais:

facebook.com/21Portal  
twitter.com/Portal21\_  
instagram.com/21portal

**Por que investir no Portal 21?**

Informações

23/2/2015 - 13/08/15

12.136 Total de curtidas na Página +7,2%

825 Novas curtidas na Página +487,8%

65.917 Alcance total +149,9%

59.366 Alcance de publicação +130,4%

13.199 Pessoas em notificações +120,5%

Nosso site alcança a média mensal de **300 mil** acessos. Mas não para por aí. Como sabemos, qualquer produto se torna mais rentável quando exposto nas redes sociais. E neste quesito, o Portal 21 também é campeão: A média de acessos à Fan Page é superior a **65 mil por semana**. Faça o teste e inove. O custo benefício vai te surpreender

Entre em contato conosco ou nos faça uma visita  
(54) 9914-2121  
portal21@terra.com.br  
Rua Frei Benjamin, nº 36, sala 25, Galeria Central, Marau (RS)

Fonte: Portal 21 (2015, on-line).

A *fanpage* do Facebook possui (dia 10/04/2016), 34.728 curtidas. Em sua descrição, apresenta a seguinte informação: “Portal da Região da Produção do RS, abrangendo os 21 municípios da regional”. Após o início da pesquisa, a *fanpage* do Portal 21 foi retirada do ar, por denúncia de ser uma página falsa, conforme publicação de Marcelo Finkler<sup>13</sup>. O caso está concluso para julgamento, para então poder retornar ao ar.

O Portal 21 se auto define no Instagram como: “Portal de notícias dos 21 municípios da região da produção”, as imagens postadas são tanto comerciais, quanto informativas, entre elas, algumas são retiradas das postagens no Facebook. O perfil no Instagram contém (dia 09/10/2016), 8.897 seguidores. Já no Twitter, o Portal se auto define como no Instagram, mas

13

Publicação disponível em:  
<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1085095094860549&set=a.191646770872057.37957.100000802060751&type=3&theater>>. Acesso em: out. 2016.

com uma complementação de informação: “O Portal de notícias dos 21 municípios da região da produção do RS”.

O Twitter possui (dia 09/10/2016), 3.109 seguidores, as postagens nesta plataforma são hiperlinkadas com o site, apenas o título da notícia é tweetado. Já no site, as informações de auto definição do veículo no campo “Quem somos”, não apresenta conteúdo, assim não explicita sua linha editorial, fazendo com que o veículo permaneça livre de um seguimento rigoroso, conforme são as linhas editoriais dos veículos. O Portal 21 também não identifica seu editor, não apresenta sua equipe, em algumas notícias não apresenta o autor e algumas imagens não apresentam os créditos.

## 5 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Para cumprir com o propósito do trabalho, este capítulo apresentará a descrição dos problemas éticos no fotojornalismo do Portal 21. Do universo de mais de mil imagens da editoria policial, foi constituída uma amostra de 37 imagens, que melhor se apresentam do ponto de vista de cumprir os objetivos deste trabalho. Elas são publicadas pelo Portal 21, mas não tem autoria só do veículo, pois 34 imagens são de outros veículos de comunicação, uma é assinada pelo Portal e duas não constam assinatura/créditos. A descrição será realizada a partir das categorias estabelecidas para análise, conforme Quadro 1, que se diferenciam das demais não selecionadas para análise. Estas imagens correspondem aos dois grupos de assuntos para o estudo, são eles: “Violência no Trânsito” e “Homicídios e Tentativas de Homicídios”, e retratam pessoas mortas e pessoas vivas.

### 5.1 Violência no trânsito

Na temática sobre a violência no trânsito foram selecionadas 19 imagens. Na região de cobertura do Portal 21 os acidentes de trânsito são objetos de diversas pautas. Na editoria policial do Portal, estas notícias correspondem a cerca de 16% das publicações. Destes 16%, foram selecionadas imagens para análise do estudo, que correspondem a 9% das publicações em acidentes de trânsito.

No quadro abaixo, aparecem os títulos das 19 imagens agrupadas no Grupo 1, Violência no trânsito, (ANEXO B), bem como a data de sua publicação, as quais serão descritas a seguir, em cada uma das categorias.

Quadro 2 – Imagens do grupo de violência no trânsito

<b>Imagem</b>	<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>
1	Mulher morre atropelada na ERS 324	23/05/2016
2	Acidente na ERS 324 em Casca deixa motoqueiro gravemente ferido	14/01/2016
3	Excesso de chuva e buracos motivam acidente na ERS 324 no Norte do RS	14/04/2016
4	Jovem morre em acidente com moto no centro de Lagoa Vermelha	20/06/2016
5	Jovem morre em acidente com moto no centro de Lagoa Vermelha	20/06/2016

(continua)

Quadro 2 – Imagens do grupo de violência no trânsito (continuação)

<b>Imagem</b>	<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>
6	Homem morre atropelado ao atravessar a pista na BR-386 no Norte do RS	23/07/2016
7	Idoso é atropelado na ERS 324 em Vila Maria	24/07/2016
8	Carro com família de Erechim capota e dois morrem	29/12/2015
9	Motociclista morre em acidente na BR 153	16/12/2015
10	Homem morre atropelado na BR 386	30/01/2016
11	Motociclista morre depois de colidir contra arame farpado	23/11/2015
12	Mulher é atropelada por carreta na BR 153	06/11/2015
13	Acidente deixa ferido na BR 285 em Passo Fundo	08/10/2015
14	Criança de nove anos morre em acidente com motocicleta	27/05/2015
15	Criança de nove anos morre em acidente com motocicleta	27/05/2015
16	Criança de nove anos morre em acidente com motocicleta	27/05/2015
17	Três mortes registradas em grave acidente na ERS 324 em Migliavacca	13/10/2014
18	Três mortes registradas em grave acidente na ERS 324 em Migliavacca	13/10/2014
19	Três mortes registradas em grave acidente na ERS 324 em Migliavacca	13/10/2014

Fonte: baseado em Portal 21.

### 5.1.1 Categoria 1 – Destaque à espetacularização e ao sensacionalismo da informação

A categoria 1, está presente em todas as imagens do grupo, pois há exposição de corpos das vítimas, algumas delas dilaceradas nos acidentes. Mesmo que em algumas, os corpos estejam cobertos ou não estejam presentes nas imagens, aparece sangue, o que pode impactar e possivelmente chocar o público, como nas imagens 4 e 5, da notícia intitulada “Jovem morre em acidente com moto no centro de Lagoa Vermelha”, onde o corpo não foi fotografado, mas há muito sangue no local, o que sensacionaliza a informação. Mesmo que na imagem 6 na notícia sobre atropelamento na BR 386 no norte do RS, o corpo esteja todo coberto, e tenha sido fotografada com ângulo mais aberto, a presença do corpo espetaculariza. A presença do policial levantando um dos lados cobertos dá menção de que o corpo aparecerá. Já em outras, os corpos estão explícitos com os ferimentos expostos, carregando, portanto, sensacionalismo.

As imagens se apresentam de diversas formas, algumas com ângulos mais abertos, mas que ainda assim é perceptível o sangue das vítimas, outras com ângulos mais fechados, o que evidencia o sentido da sensacionalização. Todas estas imagens poderiam ter sido fotografadas de formas diferentes, em que não aparecessem os corpos, o sangue, os ferimentos e

a dor retratada nos rostos. Estas imagens se diferenciam das demais não selecionadas pelo exagero da informação, e a retratação da dor do momento do acidente, tiradas no local, algumas enquanto as vítimas são socorridas no momento do acidente.

#### 5.1.2 Categoria 2 – Atentado à privacidade do cidadão, honra às pessoas e imagem do cidadão

O problema ético que a categoria 2 aborda, está presente em quatro, das 19 imagens deste grupo, pois o rosto das pessoas acidentadas estão expostas, tornando possível a identificação, revelação de identidades, diferente das outras 15 imagens, onde o rosto não é mostrado. Por mais que a imagem 5 não apresenta o rosto, a placa da motocicleta está nítida, podendo assim, identificar a vítima, o que destaca o problema destas imagens, que atentam à privacidade destas vítimas, sua honra e imagem. As imagens 5 e 6 tem planos mais fechados, mas na 5 mostra o sangue e a placa de identificação da motocicleta e na 6 a vítima sendo socorrida, com colar cervical já posto e pessoas na volta remetendo à profissionais da saúde, o que demonstra situação delicada da vítima.

#### 5.1.3 Categoria 3 – Falta de bom senso e sensibilidade do profissional

Os problemas éticos apontados na categoria 3 está presente em todas as imagens do grupo, pois os profissionais fotografaram o corpo das pessoas, mesmo que em algumas, estejam com alguns membros cobertos, outros aparecem, assim como os ferimentos. Esta falta de sensibilidade demonstra um problema ético, pois pais, mães e crianças podem se depararem com essas imagens, podendo assustar, chocar, causar traumas. Mesmo que na imagem 6 o corpo está coberto, ele está presente na imagem, e vem a pergunta: seria necessária a divulgação destas imagens para compreensão da informação? Pois o ser humano é retratado em momento delicado, capaz de identificação como no caso das quatro imagens mencionadas na categoria anterior, podendo chocar com esta forma de informar, ao invés de talvez fotografar outros elementos de outros ângulos, sem que os corpos e ferimentos aparecessem. Essa conduta pode desrespeitar o código de ética, a conduta profissional do fotógrafo, mas também o próprio público.

#### 5.1.4 Categoria 4 – Cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos traumáticos

A categoria 4, está presente em todas as imagens do grupo, pois todas tratam de um acontecimento trágico, o que pode chocar o público, através da exposição dos corpos em planos abertos, do sangue no plano fechado na imagem 5, mesmo que mais escura com fumaça, ela pode trazer um apelo emocional. Nas outras também é mostrado a dor e sofrimento, mais evidenciado na imagem 16, por exemplo. Esta imagem se refere à notícia de uma criança que morre em acidente com motocicleta, onde a vítima demonstra por suas feições do rosto, dor, horrorizando o público ao se deparar com imagens de momentos de dor para as vítimas e familiares. Estas imagens retratam momentos delicados das pessoas noticiadas, com corpos, membros machucados e sangue, podendo horrorizar a informação passada por estas imagens. Mesmo que a imagem 6 não mostre o corpo e sangue, o ângulo em que ela foi clicada relata da mesma forma o acontecimento traumático para a vítima e familiares.

#### 5.1.5 Categoria 5 – Modificação e truncagem das fotografias

O problema apontado pela categoria 5 está presente em uma, das 19 imagens do grupo, pois há a logomarca do Portal 21 sobre a imagem, cobrindo os ferimentos da vítima, o que possivelmente deveria ser uma imagem horripilante, pois em nenhuma outra imagem a logomarca aparece, o que mostraria que seria uma assinatura da imagem por ser publicada no veículo, mas essa imagem é uma exceção. É presumível o exagero de informações que esta imagem traz, pois a vítima tem muitos ferimentos, o ângulo em que ela foi fotografada, foi pensada para que todo o corpo ficasse exposto na imagem, mas com a inserção da logomarca vem o questionamento de que o ferimento naquele local foi mais grave.

## 5.2 Homicídios e tentativas de homicídio

A descrição do segundo grupo é sobre “Homicídios e Tentativas de Homicídios”, a amostra consiste em 18 imagens. Nos 21 municípios de cobertura do Portal 21, os homicídios e tentativas de homicídios são objetos de diversas pautas. Na editoria policial do Portal, estas notícias correspondem a cerca de 16% das publicações. Destes 16%, foram selecionadas imagens para análise do estudo, que correspondem a 9% das publicações em homicídios e tentativas de homicídios.

No quadro abaixo, aparecem os títulos das 18 imagens agrupadas no Grupo 2, Homicídios e tentativas de homicídios, (ANEXO B), bem como a data de sua publicação, as quais serão descritas a seguir, em cada umas das categorias.

Quadro 3 – Imagens do grupo de homicídios e tentativas de homicídios

<b>Imagem</b>	<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>
1	Vítima de tentativa de homicídio em Carazinho foi identificada	05/06/2016
2	Homem é encontrado morto em Não-Me-Toque	28/04/2016
3	Cadáver é encontrado nas margens ERS 324 entre Marau e Passo Fundo	12/08/2016
4	Jovem morre após ser esfaqueado em baile na cidade de Panambi	11/09/2016
5	Cadáver de jovem é encontrado na ERS 153 saída de Passo Fundo para Ernestina	28/08/2016
6	Jovem é morto de forma brutal às margens da BR 285 em Passo Fundo	19/06/2016
7	Adolescente é esfaqueado durante assalto em Passo Fundo	03/05/2016
8	Trabalhador é morto enquanto esperava ônibus em Palmeira das Missões	21/03/2016
9	Briga termina com homem morto a pauladas no Norte do RS	17/03/2016
10	Homem é encontrado morto em Guaporé	06/02/2016
11	12º homicídio do ano é registrado em Carazinho	11/06/2015
12	Homem baleado pelo POE de Ijuí, trabalhou em Tapejara	18/05/2015
13	Homem baleado pelo POE de Ijuí, trabalhou em Tapejara	18/05/2015
14	Homem baleado pelo POE de Ijuí, trabalhou em Tapejara	18/05/2015
15	Homem confessa assassinato de amante no norte do Estado	11/04/2015
16	Mais um homicídio registrado na região	27/04/2015
17	Após tentativa de assalto, assaltante leva um tiro na cabeça	08/12/2014
18	Jovem esfaqueado em frente à escola na vila Petrópolis	03/07/2014

Fonte: baseado em Portal 21.

### 5.2.1 Categoria 1 – Destaque à espetacularização e ao sensacionalismo da informação

O problema ético apontado na categoria 1, está presente nas 18 imagens do grupo, pois, em todas mostra os corpos, ou partes dele nas imagens, assim como os ferimentos da causa da morte ou da tentativa do homicídio. Mesmo que a imagem 9, intitulada “Briga termina com homem morto a pauladas no Norte do RS”, esteja com o corpo todo coberto, o fotojornalista não abriu o plano o suficiente para que as marcas de sangue não fossem vistas. Desta forma, é nítida a presença de sangue nos panos que estão cobrindo o corpo. Nas demais são perceptíveis os membros das pessoas e em algumas, como no caso da imagem 15, onde a notícia se refere à confissão de assassinato, todo o corpo da vítima está sendo mostrado sem a preocupação do possível choque que o público terá, ou a possível identificação da vítima. As imagens 1 e 13 são as de ângulo mais fechado, a vítima na imagem 1, está no momento fotografado, em atendimento médico, com aparelhos em sua face, e na 13 é focado em direção ao ferimento no momento em que a pessoa noticiada é socorrida.

### 5.2.2 Categoria 2 – Atentado à privacidade do cidadão, honra às pessoas e imagem do cidadão

A categoria 2 está presente em seis, das 18 imagens do grupo, pois é possível a identificação das vítimas. Destas seis imagens, quatro são de planos mais fechados, o que demonstra a provável despreocupação do fotojornalista em fotografar as vítimas. Na imagem 1, sobre tentativa de homicídio no município de Carazinho, é perceptível o local hospitalar, com o rosto centralizado nos três terços<sup>14</sup>, priorizando a informação da identificação. Nas outras três imagens de planos fechados, mostram os ferimentos e sangue. A imagem 15 de plano mais aberto, sem muita profundidade de campo<sup>15</sup>, indica que a imagem foi fotografada no local em que o homicídio ocorreu, de forma que todo o corpo centralizado na imagem possa favorecer ao atentado à privacidade e honra a imagem da pessoa noticiada.

### 5.2.3 Categoria 3 – Falta de bom senso e sensibilidade do profissional

Os problemas éticos apontados na categoria 3 está presente em todas as imagens, pois são mostrados os corpos das vítimas, ferimentos, sangue. É possível a identificação das

<sup>14</sup> Enquadramento em que o fotógrafo divide a imagem em três terços verticais e três terços horizontais, assim os posicionamentos ficam mais destacados. (CARACIOLA, 2016).

<sup>15</sup> Quantidade de planos que o fotógrafo inclui na imagem, quanto mais planos, mais profundidade e mais informações terá naquela imagem. (MAUAD, 2005).

peçoas em seis imagens, das 18 do grupo. O que pode demonstrar o desrespeito, a falta de cuidados, falta de bom senso e falta de sensibilidade do fotojornalista. A única imagem com todo o corpo coberto é a 9, sobre uma briga que termina em morte a pauladas, mas o ângulo mostra claramente o sangue da vítima nos tecidos que o cobrem. A possibilidade em que exista a falta de bom senso na imagem 18, sobre jovem que é esfaqueado, onde a vítima desacordada está ensanguentada, dá a entender que a fotografia foi tirada no momento do acontecido, sem que o socorro já estivesse no local. A resolução demonstra também, que ela pode ter sido feita com um equipamento amador, onde oferece menos recursos.

#### 5.2.4 Categoria 4 – Cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos traumáticos

A categoria 4 está presente em todas as imagens do grupo, pois todas podem impactar e estão relacionadas com a morte, violência e traumas, algumas mais, como no caso da imagem 1 onde o rosto da vítima está em plano mais fechado, identificando que está no hospital possivelmente necessitando de cuidados médicos. E algumas aparecem menos, como a imagem 3, sobre cadáver encontrado nas margens da ERS 324, onde o plano aberto mostra mais os policiais averiguando do que propriamente o corpo, mas por se tratar da pessoa morta, a mão que aparece nitidamente na imagem pode horrorizar o público ao ver. Todas retratam um momento delicado, tanto das vítimas, quanto das famílias que podem se deparar com as imagens de sangue, dos machucados e dos corpos escancarados em um site de notícias. Os ângulos abertos, onde o corpo fica centralizado e os mais fechados também com a informação bem evidente, revelam a cedência deste problema ético divulgado pelo Portal 21.

#### 5.2.5 Categoria 5 – Modificação e truncagem das fotografias

A categoria 5 está presente em uma, das 18 imagens do grupo, ela é percebível na imagem número 4, sobre jovem que é esfaqueado. Por mais que uma pessoa socorrista esteja na frente do rosto da vítima, a foto dela é mostrada no lado esquerdo superior da imagem. A imagem é de pouca qualidade, escura, o que não deixa identificar todas as informações constadas nela de forma clara, mas é possível apontar ferimentos e identificar a identidade da vítima com a montagem feita com uma foto sua. Essa modificação na imagem original, pode demonstrar a possível intenção do profissional em querer revelar a identidade da vítima.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS

Aqui serão analisados os problemas éticos evidenciados nas imagens descritas anteriormente. Serão estabelecidas relações entre as imagens descritas e a fundamentação apresentada no início do trabalho para que possam ser analisados os problemas éticos no fotojornalismo do Portal 21.

### 6.1 Análise da espetacularização e do sensacionalismo da informação

Esta primeira categoria, conforme a descrição está presente em todas as imagens dos grupos de “Violência no Trânsito” e “Homicídios e Tentativas de Homicídios”, pois apresentam o exagero na informação para chamar atenção do público, explorando a dor e sofrimento das pessoas em acontecimentos trágicos. Esse exagero é a sensacionalização da informação, com imagens de maior impacto, reduzindo o ato comunicativo da informação visando alcançar a emoção do público. Esta forma de fazer jornalismo que o veículo reproduz, é capaz de instigar sensações no público, pois o sensacional privilegia a superexposição da violência em cobertura policial com fotos que chocam, o que está presente nesta categoria fazendo com que todas as imagens selecionadas se encaixam nela, pois fogem da normalidade, assustam e abordam a dor e o sofrimento.

Essa busca por audiência, apontado nesta categoria pelo sensacionalismo praticado pelo Portal 21, pode ter sido explorado comercialmente com relatos de acidentes, como abordado em um dos grupos para análise, isto faz com que a deontologia profissional seja alterada pela espetacularização da foto-choque, conforme lembra Cornu (1994 apud BARCELOS, 2014), que essa prática deve haver uma verificação da imagem se ela é realmente importante para compreensão daquela informação, se é necessária ou se será usada para chocar, buscar e aumentar o público. Mesmo que o Portal não apresente sua equipe, e editores, os jornalistas que têm em mãos esse material, devem fazer o filtro antes de sua publicação, pois as imagens chocantes podem mudar a conduta jornalística. Portanto, dever-se-ia estabelecer a integridade profissional, a lealdade com público e pessoa noticiada, ou então seguir os critérios da empresa, que neste caso, o Portal não explicita ao público.

Essa estratégia de venda é abordada por Angrimani (1995) com um dos critérios que o Portal 21 se encaixa, o da proximidade, com cobertura jornalística dos 21 municípios do entorno de sua sede, embora algumas publicações são de cidades que não fazem parte dos municípios de cobertura. O sensacionalismo leva à uma prática de divulgação de notícias com

interesses econômicos e comerciais, o que vai contra o Art. 11º do Código de Ética dos Jornalistas (FENAJ, 2007 – ANEXO A), onde aborda que o jornalista não deve divulgar elementos de caráter mórbido, sensacionalistas, e dá ênfase a esse dever em casos de crimes e acidentes, ou seja, os dois grupos analisados na pesquisa.

As imagens dos dois grupos podem ser consideradas inseridas na imprensa marrom, nessa expressão são inseridas imagens de crimes, assaltos, que são percebidos nas imagens analisadas. A divulgação desse tipo de imagens leva a considerar o que Costa (2002) afirma que os veículos têm desejo de querer superar a concorrência, por isso as redações usam de imagens chocantes para conquistar o interesse da audiência. Mas essa divulgação de imagens sensacionalistas contrapõe o Art. 1º do Código de ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007 – ANEXO A), sobre o acesso à informação pública que não deve ser impedido por nenhum tipo de interesse, portanto, ele não deve ser comercial, o que o Portal 21 não seguiu, e confirmou o pensamento de Costa.

Traquina (2005), diz que as empresas têm gastos e nem todas são de grande porte para gerarem grande retorno financeiro, portanto, isso explica algumas logomarcas de outros veículos de comunicação nas imagens publicadas, o que talvez não se tenha equipe o suficiente para enviar profissionais ao local da pauta, mesmo que não divulgado pelo Portal, isto dá a entender. Como o Portal 21 não explicita sua equipe, direção e editores, deixa o veículo livre de seguimento rigoroso, o que não o livra da afirmação de Freitas (2012), que o editor de fotografia ou o próprio fotojornalista conforme Martins (2013) e Traquina (2005), devem selecionar as imagens que vão ser publicadas, seguindo a ética jornalística, o que não ocorreu nesta categoria.

## **6.2 Análise do atentado à privacidade do cidadão, da honra às pessoas e da imagem do cidadão**

Conforme descrito na sessão anterior, o Portal 21 tem uma prática de atentar a privacidade do cidadão, da honra às pessoas e à imagem das pessoas. Essa prática pode levar a ameaças da profissão, que devem ser debatidas suas questões éticas no fotojornalismo e o trabalho do fotojornalista, pois as novas plataformas do jornalismo trazem convergência de captação de imagens, com elas o imediatismo, onde o Portal 21 se encaixa, com plataformas on-line, o que deveria ser debatido esta questão ética de divulgação de imagem, instantaneidade e imediatismo.

Essa prática do Portal vai contra aos Artigos 8º e 9º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007 – ANEXO A), onde explicita o direito que as pessoas têm em manter sua identidade resguardada e a importância do jornalista em respeitar o direito à privacidade do cidadão, mesmo que a informação seja de interesse público, e de defender os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, onde é mencionado que “ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação” (UNICEF, 1948, on-line). Esse respeito à privacidade é mencionada também pelo Sindicato dos Jornalistas de 1993, onde afirma que “o jornalista deve obrigatoriamente antes de obter imagens, atender as condições de responsabilidade das pessoas envolvidas”. Portanto, o dever do profissional em respeitar além da privacidade e intimidade, a honra e a imagem do cidadão, deveria ter ocorrido nas imagens selecionadas, pois as vítimas estão sendo socorridas, algumas já estão desacordadas e seus rostos mostrados de forma possivelmente violenta à sociedade, apenas o texto traria as informações, não seria necessário tamanho atentado à privacidade e honra à estas pessoas. É norma respeitante que todo cidadão tem de ter seu nome e identidade preservada através do direito à privacidade.

A privacidade é abordada no Código de Ética Jornalística da Unesco, onde está assegurado no caso de violação da privacidade da pessoa que foi noticiada, o direito a indenização pelo dano material ou moral, assim como prevê a Constituição Federal (BRASIL, 1988), e o Art. 20 do Código Civil. Portanto, o Portal 21 com a exposição destas imagens, pode ter indenizações a pagar pela violação da privacidade destas pessoas noticiadas, afinal, o limite de liberdade de expressão do profissional e da informação, deve ser avaliado.

O profissional tem de respeitar a intimidade e honra as pessoas, sem fazer publicações de fotografias que retratam a violência e a dor, sem o consentimento delas, essa violação também está ligado ao sensacionalismo, ao direito à intimidade e do direito legal e ético de ter sua morte e dor privados, o que é desrespeitado nos dois grupos em 8 das 37 imagens selecionadas.

### **6.3 Análise da falta de bom senso e da sensibilidade do profissional**

Esta categoria está presente em todas as imagens dos dois grupos, pois este problema está relacionado também com o respeito às pessoas, sensacionalismo, condutas éticas, e estéticas do horror. O profissional deve informar a comunidade, tendo bom senso e sensibilidade, sendo levada em consideração, a questão se aquela imagem é necessária para a

compreensão daquela realidade e daquele ser humano retratado, se ela serve como instrumento, para chocar ou até mesmo causar piedade, na busca do aumento da audiência, ou seja, qual for o objetivo do fotógrafo ou do veículo de comunicação.

Todo o tipo de fotografia, tanto em casos de violência no trânsito quanto em homicídios e tentativas de homicídios, o profissional deve ser capacitado a selecionar as situações e ter sensibilidade em suas fotografias, mesmo que sua curiosidade e o *dead line* o apresse com a informação. Isso é contrastado com o que Benazzi (2010) questiona que a imagem só é fotografada pela intenção do fotógrafo, muitas vezes ligada ao emocional, justamente para chamar atenção do público. Isto explica este tipo de publicação.

Essa afirmação de que o fotojornalista é quem decide como agir, é mencionado por Martins (2013), que nenhum código que estabelece conduções éticas e deontológicas é capaz de fazer com que o profissional mude sua consciência, se esta está interessada em busca de audiência, por exemplo, mas que compromete o seu desempenho de mediador da informação. Essa prática de falta de bom senso e sensibilidade do profissional é abordada também pelo Art. 14º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007 – ANEXO A), que o jornalista deve tratar com respeito todas as pessoas que estão sendo noticiadas, assim como o respeito às pessoas retratadas nas fotografias que serão publicadas. Portanto, este artigo também está ligado ao bom senso. Já o Art. 7º atenta para a divulgação com responsabilidade do profissional, o que não inclui, portanto, a estética do horror, as imagens de impacto, e choque, por isso a ligação do início deste tópico, que esta categoria aborda também outras questões éticas e sociais, tanto da profissão, quanto humanas.

#### **6.4 Análise da cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos traumáticos**

A prática de fazer jornalismo, com a divulgação de imagens que apresentem a estética do horror e fotos de acontecimentos traumáticos, está presente em todas as imagens analisadas. O autor Sousa (2000), afirma que essa prática faz parte da história do fotojornalismo, entre rupturas e tensões como entre a objetividade e subjetividade, entre esta estética do horror e outras formas de divulgar temas chocantes.

Por mais que o Portal 21 não explicita sua equipe e seus editores, que façam a seleção de imagens para publicar as que não apresentam estética do horror, por exemplo, Traquina (2005) relembra que o profissional tem o poder de seleção, podendo escolher quem citar, quem inserir, mas com base em códigos de ética, ou seja, mesmo que não se tenha um editor,

o profissional deve antes de tudo ser ético com a informação ao publicá-la, o que não foi visto nas publicações destas 37 imagens dos grupos.

Essa prática de fazer jornalismo do Portal 21, se encaixa no Art. 7º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, como já mencionado em outra categoria, se encaixa nesta quarta também pela atenção que ela desenvolve ao compromisso e responsabilidade do jornalista com a apuração, verdade, informação correta, portanto as imagens de impacto, estética do horror e imagens de choque, de acontecimentos de trauma não é uma atitude responsável do profissional, portanto, este artigo do Código da FENAJ (2007 – ANEXO A), foi desrespeitado ao fazer a divulgação das imagens, não se teve essa preocupação e este comprometimento explicitado no artigo.

Pelas imagens analisadas do Portal, fica clara a abordagem de Traquina (2005) onde diz que o jornalismo policial viola regras, pois dá maior importância a fatos de crimes e escândalos, justamente para chocar. Como as 37 imagens selecionadas referem-se à morte, ou tentativa para ela, relembremos a citação do autor Chiapinotto (2010) onde afirma que existem diversos tipos de morte que são noticiados, entre eles, apresenta a morte por violência, de crimes, e a morte de tragédias, de acidentes, o que encaixa perfeitamente as imagens do Portal 21, mas para que estas publicações? Qual seria a credibilidade deste veículo ao apresentar estas imagens impactantes ao seu público? Sousa (2005) responde que o profissional sem pensar no choque que o público terá, ele se apropria de forma não consentida da imagem da pessoa para ter fins comerciais, sem respeito às pessoas tanto as que foram noticiadas, quanto ao público.

Para que não ocorra essa prática, os fotojornalistas deveriam se questionar às questões de Sousa (2004), sempre: “Será o acontecimento fotografado de tal dimensão sócio histórica e cultural que o choque do observador é justificável? A violência será necessária para a compreensão do acontecimento ou para a sua corroboração?” (SOUSA, 2004, p. 135).

## **6.5 Análise da modificação e da truncagem das fotografias**

Dos dois grupos analisados, duas imagens se encaixaram nesta categoria, no total de 37, pois elas apresentam claramente a modificação da imagem original, a imagem de violência no trânsito para ocultar informação, e a imagem de homicídio e tentativa de homicídio para escancarar a informação. Mas essas truncagens, modificações ou até mesmo manipulações, iniciaram nos anos de 1990, assim como a convergência da captação das imagens. Esses fatores persistem em debates éticos, que ameaçam a profissão do

fotojornalista, como os problemas da implementação de tecnologias de alteração computacional de imagens, no caso, o problema levantado por esta categoria.

O Código de Ética da NPPA (2016) aponta o respeito em tratar os indivíduos com respeito, principalmente vítimas de tragédias e crimes, como no caso das imagens selecionadas do Portal 21, e atenta que as imagens manipuladas também podem causar impacto e danos, que a edição (o tratamento, melhora a imagem, enquanto a manipulação altera o conteúdo) de imagens deve manter a integridade do conteúdo sem desconfigurar a informação ao público.

A manipulação causa interferência na realidade da imagem, isso pode acrescentar ou tirar artefatos da fotografia original, no caso das imagens analisadas, foi posto elementos interferindo a realidade da imagem original, portanto seu sentido foi alterado, como nas duas imagens do Portal 21 que houve esta alteração. Por mais que a tecnologia digital facilitou o processo de manipulação, isto gerou ainda mais discussão ética sobre essa prática que está explícita nessas imagens do Portal 21.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho que buscou analisar a ética no fotojornalismo do Portal 21, onde foram estudadas 37 imagens, sendo 19 delas do grupo de Violência no Trânsito e 18 delas do grupo de Homicídios e Tentativas de Homicídios, percebe-se com a amostra selecionada tenha havido uma busca pela audiência e impacto do público com a exposição das imagens, que remetem ao exagero, com os corpos, ferimentos e sangue, sejam eles de pessoas mortas ou vivas, sem distinção de publicações, ao invés de seguir as boas práticas do jornalismo orientadas pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

A análise de cada grupo seguindo as categorias éticas estabelecidas demonstrou que o Portal 21 não demonstra preocupação com bom senso, a não sensacionalização da informação e a não publicação de acontecimentos traumáticos, cedendo à estética do horror, pois nas categorias 1 de “Destaque à espetacularização e ao sensacionalismo da informação”, na 3 de “Falta de bom senso e sensibilidade do profissional” e na categoria 4 sobre “Cedência à estética do horror, com uso de fotos de acontecimentos traumáticos”, todas as imagens se encaixaram, pois todas mostram um acontecimento delicado à vítimas, aos familiares ou mesmo ao público com a exposição dos corpos, cedendo portanto ao horror, ao choque. Encaixam-se também pela sensacionalização na divulgação de imagens que fogem da normalidade de publicações dos veículos de comunicação, pois não é comum o público se deparar com a vítima mutilada e muitas possíveis de identificar, o que incide à falta de bom senso e sensibilidade do profissional.

Por ser um Portal on-line, ele atende ao critério da proximidade no jornalismo, com a cobertura de municípios no entorno de sua sede, o que faz com que a informação circule com maior rapidez, embora algumas das imagens publicadas remetem à municípios que não fazem parte da lista de 21 municípios de cobertura do Portal.

Com base no objetivo geral de analisar os problemas éticos no fotojornalismo do Portal 21 e nos objetivos específicos, de realizar estudos bibliográficos sobre fotografia, sua inserção na imprensa, assim como o fotojornalismo policial, jornalismo on-line, a ética no fotojornalismo, identificar critérios para análise da amostra de imagens constituídas e compreender a postura do veículo com suas publicações, é possível concluir que o Portal 21 fez referência ao jornalismo policial sem seguir totalmente o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, pois as imagens que fazem parte do corpus do trabalho não são apenas imagens publicadas e produzidas pelo Portal 21, mas também imagens de outros veículos que são divulgadas pelo Portal. O Portal 21 faz uso das diversas plataformas e convergências que o

jornalismo possibilita no on-line, mas não se tem um filtro ou critérios de seleção de imagens para publicação. Um indício disso é que o corpo profissional do veículo não é formado por pessoas que passaram por bancas escolares, onde é abordado e discutido a questão ética profissional. Este estudo tende a se alargar, pois esse questionamento com relação a ética nas publicações dessas imagens poderiam ser feito nos demais veículos em que o Portal traz as notícias e imagens com os créditos e assinaturas.

Por fim, deduz que sua postura é pautada principalmente pela busca por audiência demonstrados pelos critérios utilizados para análise das imagens no Portal 21. Este trabalho me proporcionou um amplo aprendizado sobre conduta ética nas publicações de imagens em editoria policial, além da compreensão de muitos conceitos que não foram abordados ou pouco discutidos durante a graduação. Meu desejo é que muitos desfrutem do mesmo, especialmente aqueles que exercerão o jornalismo, que o façam com ética e com respeito à imagem das pessoas.

Com meu objetivo de estudo sobre os problemas éticos no fotojornalismo do Portal 21, ficou evidente que na busca de mais público, o veículo coloca-se em risco, ficando incrível. Outras alternativas profissionais se apresentam e poderíamos ser mais indicadas para retratar esse cotidiano da forma como o Portal 21 faz, porém na amostra selecionada a prática deles condiz com uma postura de falta de ética e de profissionalismo.

Finalizando pode-se dizer que o que Cornu (1994 apud BARCELOS, 2014) diz, ocorre nas publicações do Portal 21, que relatos de acidentes, são explorados muitas vezes comercialmente, na busca por público, deixando de lado o respeito, espetacularizando através das fotos-choque, onde a deontologia profissional, tem muito caminho a percorrer.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cláudia Maria Teixeira de; BONI, Paulo César. A ética no fotojornalismo da era digital. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 11-42, 2006.
- AMARAL, F. Marcia. Esgarçamentos e alinhavos na abordagem do popular na imprensa. SILVEIRA, C. M. Ada (Org). *Jornalismo além da notícia*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003.
- ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.
- AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1995.
- BARBOSA, Suzana. *Jornalismo digital e a informação de proximidade: o caso dos portais regionais, com estudo sobre o UAI e o iBahia*. 2002. 294 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- BARCELOS, Janaína Dias. Por um fotojornalismo que respeite a dignidade humana: a dimensão ética como questão fundamental na contemporaneidade. *Discursos fotográficos*, Londrina, v. 10, n.1 6, p. 111-134, jan./jun. 2014.
- BENAZZI, Lauriano Atílio. Informação, técnica e estética: os valores da imagem fotojornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2 a 6 set. 2010, Caxias do Sul, RS. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2010.
- BLÁZQUEZ, Niceto. *Ética e meios de comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- BONI, Paulo César. *O discurso fotográfico: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo*. 2000. 302 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acessado em: ago. 2016.
- BUITONI, Dulcilia Schroeder. Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem. In: BUITONI, Dulcilia Schroeder; PRADO, Magaly (Orgs.). *Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1-195.
- CARACIOLA, Carolina Boari. *Semiótica aplicada: campanha publicitária Journey, com Angelina Jolie, sob o espectro da Teoria Peirceana*. São Paulo: Signos do Consumo, 2016.
- CHIAPINOTTO, Marina Lorenzoni. *Rio Grande de luto: uma análise das fotografias jornalísticas do acidente da Tam em Diários Gaúchos*. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado) –

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

CHIODETTO, Eder. *Fotojornalismo: realidades construídas e ficções documentais*. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. *Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos*. Campinas: Autores Associados; Piracicaba: Editora Unimep, 2002.

ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática, 1991.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. 2007. Disponível em:  
<<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>>. Acessado em: ago 2016.

FLUSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Hucitec, 1985.

FOLTS, James A.; LOVELL, Ronald P.; ZWAHLEN JUNIOR, Fred C. *Manual de fotografia*. São Paulo: Thomson, 2007.

FONSECA, Carlos Alexandre Martins. *Cartografias do self no Facebook*. 2010 93 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em:  
<<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14375/1/Tese%20Alexandre%20Final.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

FRANCASTEL, Pierre. *L'imagem, la vision et l'imagination*. Paris: Denöel Gonthier, 1983.

FREITAS, Anne Caroline Ribeiro de. *A ética fotográfica no webjornalismo: estudo de caso do site Folhawe*. 2012. 67 f. Monografia (Graduação) – Curso de Comunicação Social – Jornalismo, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2012.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GONÇALVES, Elias Machado. O ciberespaço como fonte para os jornalistas. In: GT DE JORNALISMO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO, 5 a 8 jun. 2002, Santa Cruz de La Sierra. *Anais...* Santa Cruz de La Sierra: Universidade Privada de Santa Cruz de La Sierra, 2002. Disponível em:  
<[http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002\\_goncalves\\_ciberespacofonte.pdf](http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_goncalves_ciberespacofonte.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2016.

HADLICH, Donaldo; BRAGANÇA, M. Alice. A interação do jornalismo gráfico e fotográfico no relato da notícia. In: PUHL, R. Paula (Org.). *Contexto e práticas de comunicação social*. Novo Hamburgo: Feevale, 2008. p. 29-38.

KOSSOY, B. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LIMA, Ivan. *Fotojornalismo brasileiro: realidade e linguagem*. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989.

MARTINS, Paulo. *O privado em público: direito à informação e direitos de personalidade*. Coimbra: Almedina, 2013.

MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, 2005.

MIRANDA, Luciano. *Jornalismo on-line*. Passo Fundo: UPF, 2004.

MOHERDAUI, Luciana. *Guia de estilo Web: produção e edição de notícias on-line*. 3. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

NATIONAL PRESS PHOTOGRAPHERS ASSOCIATION (NPPA). *Código de Ética da National Press Photographers Association*. Code of ethics. 2016. Disponível em: <<https://nppa.org/page/631>>. Acesso em: ago. 2016.

PORTAL 21. *#1AnoPortal21: Celebramos hoje, 20 de abril, o aniversário de primeiro ano do Portal 21*. 20 abr. 2015. Disponível em: <<http://portal21.com.br/noticias/%e2%80%8e1anoportal21-celebramos-hoje-20-de-abril-o-aniversario-de-primeiro-ano-do-portal-21/>>. Acesso em: out. 2016.

\_\_\_\_\_. *Jovem esfaqueado em frente à escola na vila Petrópolis*. 3 jul. 2014. Disponível em: <<http://portal21.com.br/noticias/jovem-esfaqueado-em-frente-a-escola-na-vila-petropolis/>>. Acesso em: out. 2016.

\_\_\_\_\_. *Portal 21 atinge, apenas nos últimos 7 dias, mais de 1,3 milhões de internautas nas redes sociais*. 5 fev. 2016. Disponível em: <<http://portal21.com.br/eventos/portal-21-atinge-apenas-nos-ultimos-7-dias-mais-de-13-milhoes-de-internautas-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: out. 2016.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RODRIGUES NETTO, Miguel; PAULA, Cálita Fernanda Batista de. A contemporaneidade da notícia e a produção jornalística a partir de mídias móveis. *Revista Comunicação e Mercado*, Dourados, v. 4, n. 9, p. 160-170, jan./jun. 2015.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Alguns aspectos atuais da dimensão ética da comunicação. In: *Comunicação, ética e mercado*. Lisboa: Universidade Católica, 1999.

RODRIGUES, Catarina. Redes sociais e práticas que se impõem ao jornalismo. In: CONGRESO INTERNACIONAL COMUNICACIÓN 3.0, 2., 4 a 5 out. 2010, Salamanca. *Actas...* Salamanca: Universidade de Salamanca, 2010. Disponível em: <<http://campus.usal.es/~comunicacion3punto0/comunicaciones/035.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

RODRIGUES, Ernesto. Em cada editoria um desafio diferente. In: CALDAS, Álvaro (Org.). *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. 2. ed. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. 79-93.

SALLES, Filipe. *Fotografia, a imagem-tempo*. 2009. Disponível em: <<http://www.mnemocine.com.br/index.php/fotografia/32-fototexto/167-fotografia-a-imagem-tempo>>. Acesso em: ago. 2016.

SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim. P. *Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia*. Porto Alegre: Penso, 2011.

SILVA, Fabiana Beltrami da. Fotografia de capa: fala do que mostra ou fala mais do que parece?. In: MEYER, Marlise Regina; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *História, imagem e representação: possibilidades de leitura*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 205-220.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de jornalismo impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

\_\_\_\_\_. *Fotojornalismo: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó: Grifos, 2000.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são?*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. 1948. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)>. Acesso em: out. 2016.

## ANEXO A

### **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**

#### Capítulo I - Do direito à informação

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, é uma obrigação social.

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

#### Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista

Art. 3º O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética.

Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.

Art. 5º É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte.

Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

- II - divulgar os fatos e as informações de interesse público;
  - III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão;
  - IV - defender o livre exercício da profissão;
  - V - valorizar, honrar e dignificar a profissão;
  - VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha;
  - VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação;
  - VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;
  - IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas;
  - X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito;
  - XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;
  - XII - respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria;
  - XIII - denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente;
  - XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.
- Art. 7º O jornalista não pode:
- I - aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial, a carga horária legal ou tabela fixada por sua entidade de classe, nem contribuir ativa ou passivamente para a precarização das condições de trabalho;
  - II - submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação;
  - III - impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de idéias;
  - IV - expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais;
  - V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime;
  - VI - realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado,

prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas;

VII - permitir o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas;

VIII - assumir a responsabilidade por publicações, imagens e textos de cuja produção não tenha participado;

IX - valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais.

### Capítulo III - Da responsabilidade profissional do jornalista

Art. 8º O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor.

Art 9º A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.

Art. 10. A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade.

Art. 11. O jornalista não pode divulgar informações:

I - visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica;

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

III - obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração;

Art. 12. O jornalista deve:

I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas;

II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público;

III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar;

IV - informar claramente à sociedade quando suas matérias tiverem caráter publicitário ou decorrerem de patrocínios ou promoções;

V - rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomontagem, edição de imagem, reconstituição de áudio ou quaisquer outras manipulações;

VI - promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável;

VII - defender a soberania nacional em seus aspectos político, econômico, social e cultural;

VIII - preservar a língua e a cultura do Brasil, respeitando a diversidade e as identidades culturais;

IX - manter relações de respeito e solidariedade no ambiente de trabalho;

X - prestar solidariedade aos colegas que sofrem perseguição ou agressão em consequência de sua atividade profissional.

#### Capítulo IV - Das relações profissionais

Art. 13. A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções. Parágrafo único. Esta disposição não pode ser usada como argumento, motivo ou desculpa para que o jornalista deixe de ouvir pessoas com opiniões divergentes das suas.

Art. 14. O jornalista não deve:

I - acumular funções jornalísticas ou obrigar outro profissional a fazê-lo, quando isso implicar substituição ou supressão de cargos na mesma empresa. Quando, por razões justificadas, vier a exercer mais de uma função na mesma empresa, o jornalista deve receber a remuneração correspondente ao trabalho extra;

II - ameaçar, intimidar ou praticar assédio moral e/ou sexual contra outro profissional, devendo denunciar tais práticas à comissão de ética competente;

III - criar empecilho à legítima e democrática organização da categoria.

#### Capítulo V - Da aplicação do Código de Ética e disposições finais

Art. 15. As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas, apreciadas e julgadas pelas comissões de ética dos sindicatos e, em segunda instância, pela Comissão Nacional de Ética.

§ 1º As referidas comissões serão constituídas por cinco membros.

§ 2º As comissões de ética são órgãos independentes, eleitas por voto direto, secreto e universal dos jornalistas. Serão escolhidas junto com as direções dos sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), respectivamente. Terão mandatos coincidentes,

porém serão votadas em processo separado e não possuirão vínculo com os cargos daquelas diretorias.

§ 3º A Comissão Nacional de Ética será responsável pela elaboração de seu regimento interno e, ouvidos os sindicatos, do regimento interno das comissões de ética dos sindicatos.

Art. 16. Compete à Comissão Nacional de Ética:

I - julgar, em segunda e última instância, os recursos contra decisões de competência das comissões de ética dos sindicatos;

II - tomar iniciativa referente a questões de âmbito nacional que firam a ética jornalística;

III - fazer denúncias públicas sobre casos de desrespeito aos princípios deste Código;

IV - receber representação de competência da primeira instância quando ali houver incompatibilidade ou impedimento legal e em casos especiais definidos no Regimento Interno;

V - processar e julgar, originariamente, denúncias de transgressão ao Código de Ética cometidas por jornalistas integrantes da diretoria e do Conselho Fiscal da FENAJ, da Comissão Nacional de Ética e das comissões de ética dos sindicatos;

VI - recomendar à diretoria da FENAJ o encaminhamento ao Ministério Público dos casos em que a violação ao Código de Ética também possa configurar crime, contravenção ou dano à categoria ou à coletividade.

Art. 17. Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação. Parágrafo único - Os não-filiados aos sindicatos de jornalistas estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Art. 18. O exercício da representação de modo abusivo, temerário, de má-fé, com notória intenção de prejudicar o representado, sujeita o autor à advertência pública e às punições previstas neste Código, sem prejuízo da remessa do caso ao Ministério Público.

Art. 19. Qualquer modificação neste Código só poderá ser feita em congresso nacional de jornalistas mediante proposta subscrita por, no mínimo, dez delegações representantes de sindicatos de jornalistas.

Vitória, 04 de agosto de 2007.

Federação Nacional dos Jornalistas

## ANEXO B

### Grupo de Violência no Trânsito

Imagem 1: Mulher morre atropelada na ERS 324



Fonte: <http://portal21.com.br/cidades/passo-fundo/mulhermorre-atropelada-na-ers-324/>

Imagem 2: Acidente na ERS 324 em Casca deixa motoqueiro gravemente ferido



Fonte: <http://portal21.com.br/cidades/casca/acidente-na-ers-324emcasca-deixa-motoqueiro-gravemente-ferido/>

Imagem 3: Excesso de chuva e buracos motivam acidente na ERS 324 no Norte do RS



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/excesso-de-chuva-e-buracos-motivam-acidente-na-ers-324-no-norte-do-rs/>

Imagem 4: Jovem morre em acidente com moto no centro de Lagoa Vermelha



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/jovem-morre-em-acidente-com-moto-no-centro-de-lagoa-vermelha/>

Imagem 5: Jovem morre em acidente com moto no centro de Lagoa Vermelha



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/jovem-morre-em-acidente-com-moto-no-centro-de-lagoa-vermelha/>

Imagem 6: Homem morre atropelado ao atravessar a pista na BR-386 no Norte do RS



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/homem-morre-atropelado-ao-atravesar-pista-na-br-386-no-norte-do-rs/>

Imagem 7: Idoso é atropelado na ERS 324 em Vila Maria



Fonte: retirado do facebookdo Portal 21, no momento fora do ar.

Imagem 8: Carro com família de Erechim capota e dois morrem



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/carro-com-familia-de-erechim-capota-e-dois-morrem/>

Imagem 9: Motociclista morre em acidente na BR 153



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/motociclista-morre-em-acidente-na-br-153/>

Imagem 10: Homem morre atropelado na BR 386



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/homem-morre-atropelado-na-br-386/>

Imagem 11: Motociclista morre depois de colidir contra arame farpado



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/motociclista-morre-depois-de-colidir-contra-arame-farpado/>

Imagem 12: Mulher é atropelada por carreta na BR 153



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/mulher-e-atropelada-por-carreta-na-br-153/>

Imagem 13: Acidente deixa ferido na BR 285 em Passo Fundo



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/acidente-deixa-ferido-na-br-285-em-mato-castelhana/>

Imagem 14: Criança de nove anos morre em acidente com motocicleta



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/crianca-de-nove-anos-morre-em-acidente-com-motocicleta/>

Imagem 15: Criança de nove anos morre em acidente com motocicleta



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/crianca-de-nove-anos-morre-em-acidente-com-motocicleta/>

Imagem 16: Criança de nove anos morre em acidente com motocicleta



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/crianca-de-nove-anos-morre-em-acidente-com-motocicleta/>

Imagem 17: Três mortes registradas em grave acidente na ERS 324 em Migliavacca



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/grave-acidente-na-ers-324-em-migliavacca/>

Imagem 18: Três mortes registradas em grave acidente na ERS 324 em Migliavacca



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/grave-acidente-na-ers-324-em-migliavacca/>

Imagem 19: Três mortes registradas em grave acidente na ERS 324 em Migliavacca



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/grave-acidente-na-ers-324-em-migliavacca/>

## Grupo de Homicídios e Tentativas de Homicídios

Imagem 1: Vítima de tentativa de homicídio em Carazinho foi identificada



Fonte: <http://portal21.com.br/cidades/carazinho/vitima-de-tentativa-de-homicidio-em-carazinho-foi-identificada/>

Imagem 2: Homem é encontrado morto em Não-Me-Toque



Fonte: <http://portal21.com.br/cidades/carazinho/homem-e-encontrado-morto-em-nao-me-toque/>

Imagem 3: Cadáver é encontrado nas margens ERS 324 entre Marau e Passo Fundo



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/cadaver-e-encontrado-nas-margens-ers-324-entre-marau-e-passo-fundo/>

Imagem 4: Jovem morre após ser esfaqueado em baile na cidade de Panambi



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/jovem-morre-apos-ser-esfaqueado-em-baile-na-cidade-de-panambi/>

Imagem 5: Cadáver de jovem é encontrado na ERS 153 saída de Passo Fundo para Ernestina



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/cadaver-de-jovem-e-encontrado-na-ers-153-saida-de-passo-fundo-para-ernestina/>

Imagem 6: Jovem é morto de forma brutal às margens da BR 285 em Passo Fundo



Fonte: <http://portal21.com.br/cidades/passo-fundo/jovem-e-morto-de-forma-brutal-as-margens-da-br-285-em-passo-fundo/>

Imagem 7: Adolescente é esfaqueado durante assalto em Passo Fundo



Fonte: <http://portal21.com.br/policia/adolescente-e-esfaqueado-durante-assalto-em-passo-fundo-2/>

Imagem 8: Trabalhador é morto enquanto esperava ônibus em Palmeira das Missões



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/trabalhador-e-morto-em-tentativa-de-assalto-em-palmeira-das-missoes/>

Imagem 9: Briga termina com homem morto a pauladas no Norte do RS



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/briga-termina-com-homem-morto-pauladas-no-norte-do-rs/>

Imagem 10: Homem é encontrado morto em Guaporé



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/homem-e-encontrado-morto-em-guapore/>

Imagem 11: 12º homicídio do ano é registrado em Carazinho



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/12o-homicidio-do-ano-e-registrado-em-carazinho/>

Imagem 12: Homem baleado pelo POE de Ijuí, trabalhou em Tapejara



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/homem-baleado-pelo-poe-de-ijui-trabalhou-em-tapejara/>

Imagem 13: Homem baleado pelo POE de Ijuí, trabalhou em Tapejara



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/homem-baleado-pelo-poe-de-ijui-trabalhou-em-tapejara/>

Imagem 14: Homem baleado pelo POE de Ijuí, trabalhou em Tapejara



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/homem-baleado-pelo-poe-de-ijui-trabalhou-em-tapejara/>

Imagem 15: Homem confessa assassinato de amante no norte do Estado



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/homem-confessa-assassinato-de-amante-no-norte-do-estado/>

Imagem 16: Mais um homicídio registrado na região



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/mais-um-homicidio-registrado-na-regiao/>

Imagem 17: Após tentativa de assalto, assaltante leva um tiro na cabeça



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/apos-tentativa-de-assalto-assaltante-leva-um-tiro-na-cabeça/>

Imagem 18: Jovem esfaqueado em frente à escola na vila Petrópolis



Fonte: <http://portal21.com.br/noticias/jovem-esfaqueado-em-frente-a-escola-na-vila-petropolis/>